

UFRRJ
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES

ESCRITORAS NEGRAS NA BAIXADA FLUMINENSE: ESCRREVENDO
NA LUTA CONTRA O RACISMO.

MARIA DO CARMO DE ARAÚJO PAIVA

2025



UFRRJ

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**ESCRITORAS NEGRAS NA BAIXADA FLUMINENSE: ESCRREVENDO
NA LUTA CONTRA O RACISMO**

MARIA DO CARMO DE ARAÚJO PAIVA

Sob orientação da professora

FABRÍCIA VELLASQUEZ PAIVA

Dissertação Submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Curso de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Seropédica/Nova Iguaçu, RJ

março, 2025

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P142e Paiva, Maria do Carmo de Araújo , 1965-
Escritoras negras na Baixada Fluminense:
escrevendo na luta contra o racismo / Maria do Carmo
de Araújo Paiva. - Seropédica; Nova Iguaçu, 2025.
91 f.: il.

Orientadora: Fabrícia Vellasquez Paiva .
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em
Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas
Populares, 2025.

1. Literatura negra feminina. 2. Mulheres negras
escrevendo suas identidades. 3. Contribuição na luta
contra o racismo. I. Paiva , Fabrícia Vellasquez,
1981-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro. Programa de Pós-graduação em Educação,
Contextos Contemporâneos e Demandas Populares III.
Título.



TERMO Nº 181 / 2025 - PPGEDUC (12.28.01.00.00.00.20)

Nº do Protocolo: 23083.014592/2025-36

Seropédica-RJ, 24 de março de 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES

MARIA DO CARMO DE ARAÚJO PAIVA

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestra**, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 14/03/2025

Membros da banca:

FABRICIA VELLASQUEZ PAIVA. Dra. UFRRJ (Orientadora/Presidente da Banca).

AMAURI MENDES PEREIRA. Dr. UFRRJ (Examinador Interno).

SIMONE DA CUNHA TOURINO BARROS. Dra. (Examinadora Externa à Instituição).

(Assinado digitalmente em 26/03/2025 14:01)
AMAURI MENDES PEREIRA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptTPE (12.28.01.00.00.00.24)
Matrícula: 2131782

(Assinado digitalmente em 27/03/2025 11:15)
FABRICIA VELLASQUEZ PAIVA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptTPE (12.28.01.00.00.00.24)
Matrícula: 1794153

(Assinado digitalmente em 27/06/2025 13:56)
SIMONE DA CUNHA TOURINO BARROS
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 044.816.017-01

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp>
informando seu número: **181**, ano: **2025**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **24/03/2025** e o
código de verificação: **9e3245355a**

Dedicatória

A todas as escritoras negras, em especial, às escritoras negras da Baixada Fluminense.

Agradecimentos

A Deus.

À minha família, pela compreensão e apoio.

Aos amigos e amigas que incentivaram a concretizar este projeto.

Aos colegas do curso que em vários momentos contribuíram indiretamente com informações valiosas a partir da realidade de cada um.

Às professoras e professores, pelas amizades e ensinamentos, pois através dos encontros em sala de aula proporcionaram debates enriquecedores que contribuíram bastante nessa busca de conhecimentos.

À banca de qualificação com a professora Simone Tourino e o professor Fábio José Paz Rosa, que contribuíram qualitativamente na organização do trabalho, propondo pontos relevantes de conteúdo.

À orientadora Fabrícia Vellasquez, por ter acreditado neste projeto e colaborado de várias formas, direta e indiretamente em muitos aspectos, para a concretização. Agradeço a sua compreensão nos momentos de contratempos. Acrescento aqui o grupo de pesquisa que proporcionou situações de troca de saberes e aprofundamentos de temas diversificados e importantes.

Agradeço a todos.

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001”

“This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001”

Resumo

Paiva, Maria do Carmo de Araújo. **Escritoras negras na Baixada Fluminense: escrevendo na luta contra o racismo**. 2025. 91p. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2025.

É na luta contra a discriminação racial, na valorização da cultura afro-brasileira, na desconstrução de estereótipos e preconceitos que a literatura negra vem demonstrando historicamente um papel essencial. Dentre a diversidade cultural existente na Baixada Fluminense, a literatura negra tem seu espaço. Espaço construído no cotidiano pelas próprias escritoras e escritores da região. As escritoras negras da Baixada Fluminense têm contribuído não só para a visibilidade dessa vertente literária, mas, a partir dela, nos seus locais de atuação, colaborado de formas diferenciadas e significativas na luta contra o racismo. A pesquisa busca identificar as diferentes formas de atuação das escritoras negras da Baixada Fluminense na luta contra o racismo. Para isso, foram selecionadas algumas escritoras que nasceram, viveram ou vivem nessa região e têm a mesma como espaço de atuação, considerando alguns critérios como diferentes profissões e formas de atuação em suas militâncias e ativismo. Utilizamos, como documentos para a análise, registros biográficos e autorais e buscamos acompanhar as participações das escritoras em eventos, analisando a relação das suas escritas com as identidades das autoras. Além da pesquisa documental, foi realizada busca bibliográfica, como fundamento de conceitos, de narrativas e de memórias acerca da literatura negra de autoras e autores como Eleonora Menicucci, Conceição Evaristo, Maria Cristina Maciel, e Kabengele Munanga. A análise apontou que através dos espaços de atuação profissional, ativismo e militância, elas realizam o desejo de difundir a literatura negra, ao mesmo tempo em que organizam discussões temáticas sobre negritude dando possibilidades a contação de outras histórias.

Palavras-chave: Literatura negra; Escrita feminina; Baixada Fluminense.

Abstract

Paiva, Maria do Carmo de Araújo. **Black women writers in Baixada Fluminense: writing in the fight against racism.** 2025. 91p. Dissertation (Master in Education, Contemporary Contexts and Popular Demands). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2025.

It is in the fight against racial discrimination, in the valorization of Afro-Brazilian culture, in the deconstruction of stereotypes and prejudices that black literature has historically demonstrated an essential role. Among the cultural diversity that exists in Baixada Fluminense, black literature has its space. A space constructed in everyday life by the writers of the region themselves. The black writers of Baixada Fluminense have contributed not only to the visibility of this literary movement, but from there, in their places of activity, they have collaborated in different and significant ways in the fight against racism. To this end, some writers who were born, lived or live in this region and have worked in the same area were selected, considering some criteria such as different professions and forms of action in their militancy and activism. We used biographical and authorial records as documents for the analysis and sought to follow The writers' participation in events, analyzing the relationship between their writings and their identities. In addition to the documentary research, a bibliographic search was carried out to provide a basis for concepts, narratives, and Memories about black literature by authors such as Eleonora Menicucci, Conceição Evaristo, Maria Cristina Maciel, and Kabengele Munanga. The analysis showed that through spaces of professional activity, activism, and militancy, they fulfill their desire to disseminate black literature, while organizing thematic discussions about blackness, providing opportunities for the telling of other stories.

Key words: Black literature; Feminine writing; Baixada Fluminense.

SUMÁRIO

Apresentação.....	9
Introdução.....	12
Capítulo 1: Literatura Negra Feminina.....	20
1.1. Refletindo a literatura negra feminina.....	25
1.2. Identidade e Autoafirmação.....	28
1.3. Ressignificando a escrita negra feminina.....	30
Capítulo 2: Literatura Negra Feminina da Baixada Fluminense.....	33
2.1. Mulheres negras escrevendo suas identidades.....	39
2.2. Contribuindo na luta contra o racismo.....	47
2.3. Na luta contra o mercado editorial.....	53
Capítulo 3: Escritoras Negras da Baixada Fluminense Escrevendo na Luta Contra o Racismo.....	56
3.1. Dayse Marcello.....	62
3.2. Dóris Barros.....	67
3.3. Mãe Beata de Iemanjá.....	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
REFERÊNCIAS.....	84

APRESENTAÇÃO

A cultura afro-brasileira passou a ser um tema interessante para mim quando comecei a participar em movimentos sociais e políticos. A partir da atuação nesses movimentos veio a oportunidade de conhecer pessoas ativistas, ou militantes do movimento negro, mais especificamente, Agentes de Pastoral Negros (APN), uma pastoral social da igreja católica da ala progressista. Eu atuava na Pastoral Operária, mas tínhamos momentos de trabalhos em parcerias entre as pastorais sociais. Nos encontrávamos nos eventos festivos, culturais e políticos: celebrações afros nas igrejas católicas, atos ecumênicos, palestras e debates, eram alguns deles.

Essas oportunidades fizeram-me conhecer e compreender a importância da cultura africana na formação cultural brasileira e, conseqüentemente, na construção de nossas identidades. São reflexões que nos levam a pensar formas de atuação que possam contribuir efetivamente com a valorização da afrodescendência e da conscientização social e cultural, partindo dos trabalhos de base com a população local.

Tenho algumas experiências de práticas educacionais populares, trabalhei como educadora em alguns projetos de alfabetização de jovens e adultos, tendo como referência a pedagogia de Paulo Freire, em especial. Entendo as ideias de Freire como necessárias a um aprofundamento, tendo em vista que foi a partir de suas percepções de mundo, considerando o tempo e o espaço, e de suas práticas como educador e militante, que essas ideias foram escritas. E, assim, com legitimidade ele nos possibilita conhecer o passado dando-nos orientações para no presente agirmos levando em conta a realidade que nos é posta, mas com o intuito de transformação, de contribuir no processo de mudanças necessárias. Tudo sempre num processo dialético/dialógico. Carrego essa prática nos outros espaços de atuação e o Centro Cultural Oscar Romero, localizado em Mesquita, na Baixada Fluminense, foi um desses espaços. Lá adquiri experiência de atendimento no setor da biblioteca, e foi por conta dessa tarefa que fui provocada, já na Licenciatura em educação do campo, mais especificamente no grupo de relações raciais, a pensar formas de contribuir com a visibilidade da literatura negra da Baixada Fluminense.

Essa provocação causou-me estímulo para levar a ideia adiante, e o que veio à minha mente foi especificamente a literatura negra feminina. Pesquisar sobre essas mulheres que estão invisíveis, mas que existem e colaboram no processo de conscientização da população local através de suas escritas e seus espaços de atuação como militantes e ativistas. Imediatamente veio em mente a escritora negra e psicóloga da Baixada Fluminense, Dayse Marcello, pois tinha lido há pouco tempo o livro de sua autoria, "Eu Verso Buakamukua" (2013), um dos livros mais interessantes que já li, muito apropriado para ser aplicado nas escolas. Inclusive, este livro já tem sido trabalhado em algumas escolas por conta da implementação da Lei 10.639/03. Para Marcello, esse tipo de conteúdo proporciona uma qualidade de ensino diferenciada, a partir do momento em que as informações equivocadas são eliminadas do imaginário coletivo dando possibilidades de encontrarem suas raízes, suas crenças, seus heróis. Ainda segundo ela, viabilizam “resgatarem valores essenciais à convivência com as diferenças, que é o que fortalece a identidade social e torna o país mais positivo em sua diversidade” (Marcello, 2013, p.17).

Diante do que diz Marcello, volto a Paulo Freire. Para ele a democracia se apresenta num processo dialético: é por meio do diálogo que transitamos da ingenuidade, estado de fantasia, para a criticidade entrando numa situação na qual nos entendemos como sujeitos do processo. Entendo que Freire nos faz um convite com essas ideias, não só como educadoras e educadores, mas em outras funções, como pesquisadoras e pesquisadores, por exemplo, para sempre considerarmos a cultura de cada sujeito, seja na sala de aula ou no campo de alguma pesquisa.

Outra referência que me conquistou mais recentemente, e que dialoga diretamente com o meu tema de pesquisa, bell hooks, que inclusive travou diálogo necessário com Freire referente à linguagem sexista de suas obras que por sua vez acolheu as críticas proporcionando mudanças na forma de escrever do autor, sendo percebido a partir das obras posteriores. Em 2013, hooks escreveu o livro "Ensinando a Transgredir: a educação como prática da libertação", em que dedica um capítulo também às ideias de Freire. hooks e Freire praticaram o processo dialético/dialógico com toda sensibilidade e simplicidade.

Venho lendo há algum tempo várias referências da literatura negra e bell hooks tem sido uma luz muito significativa. Para ela, o trabalho intelectual é necessário na luta pela libertação e fundamental para os esforços dos oprimidos e explorados que passaram de objetos a sujeitos descolonizando e libertando suas mentes.

INTRODUÇÃO

É inquestionável a importância histórica e cultural da literatura negra no Brasil. As negras e os negros por um longo período tiveram suas vozes silenciadas e experiências excluídas da sociedade. Foi a partir do século XX que a literatura negra começou a se destacar, principalmente com o Movimento Negro e junto a uma vontade de conquistar maior representatividade passando a ser valorizada como forma de resistência, afirmação da identidade e combate ao racismo (Zin, 2018).

É na luta contra a discriminação racial, na valorização da cultura afro-brasileira, na desconstrução de estereótipos e preconceitos que a literatura negra vem demonstrando um papel essencial. Escritoras negras e escritores negros buscando “romper com as narrativas hegemônicas, trazendo à tona as experiências, memórias e identidades da comunidade negra,¹ assim como suas lutas e conquistas” (Vieira, 2014, p.2). O pesquisador Natanael Vieira, acentua que a representatividade na literatura é importante porque permite que as negras e os negros se vejam nos livros e se identifiquem com os personagens e histórias retratadas, acrescenta que durante muito tempo, a literatura brasileira foi dominada por autores brancos, e as vozes negras foram silenciadas e excluídas do cânone literário (2014).

A luta pela representatividade e visibilidade da literatura negra no Brasil ainda vem enfrentando desafios. A desigualdade na distribuição de recursos e apoio editorial para escritoras e escritores negros são evidentes. É necessária uma ampliação da presença dessas escritoras e escritores nas escolas e nas bibliotecas, garantindo que seus livros sejam lidos e acessados por um público maior, diz Vieira.

O tema aqui trabalhado, como já exposto na apresentação, resulta de algumas inquietações que foram surgindo como resultado do meu processo de engajamento nos movimentos sociais e consequente aproximação das pessoas ativistas e militantes do

¹ A Comunidade negra surgiu no período da escravidão, os negros escravizados se uniram com o intuito de resistir a violência e às injustiças (Fahs, 2019, politize.com.br). O Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010) define a população negra como “o conjunto de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas” (Painel de Indicadores SUS nº10, 2016).

Movimento Negro. Fui então, entendendo a importância do Movimento Negro na luta antirracista no Brasil e no mundo, um movimento que surgiu com intuito de responder à injustiça e opressão desde a época da escravidão e permanece lutando por direitos iguais e justiça social, avançando nas conquistas como o abolicionismo e as políticas afirmativas.

Participando de eventos afros, passei a compreender a importância da cultura africana na formação cultural brasileira, que por sua vez, influencia na construção de nossas identidades. Acredito nisso considerando que a autoafirmação identitária, como ressaltava o antropólogo Munanga, é consequência de um processo envolvendo questões pessoais e sociais do sujeito nas suas experiências histórico-sociais (2019).

Além da importância cultural e identitária, vale destacar, que é também a partir do conhecimento histórico-social que identificamos os problemas existentes na sociedade. Esse conhecimento pode ser entendido como um elemento motivador para se pensar formas de contribuição para a transformação social. Para Freire (1979) a transformação social acontece quando precedida de um processo de conscientização, porque a conscientização² é um ato de reflexão/ação. É por meio desse ato que é permitido aos indivíduos perceberem a realidade social, política e econômica. É através da participação ativa que se dá a transformação social.

Nesse sentido, penso que dar visibilidade à literatura negra seja uma boa contribuição. A literatura negra é considerada uma contranarrativa de um segmento extremamente oprimido da população. Esta guarda em si uma potencialidade de transformação social através da arte. Para Conceição Evaristo (2007), é uma literatura que se apresenta como uma narrativa contra-hegemônica, que visa desautorizar o discurso da democracia racial brasileira.

É necessário então conhecer como se comporta a literatura brasileira. Segundo a professora, Fernanda Miranda, a totalidade da arte das letras brasileiras, historicamente, se construiu pela “chave da escrita como privilégio reservado a alguns homens brancos, heterossexuais, pertencentes a elite econômica, geralmente circunscritos às

² Segundo Paulo Freire, a conscientização não pode existir fora da “práxis”, ou melhor, sem o ato ação-reflexão. Uma unidade dialética que constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo. É consciência histórica, inserção crítica na história, assumindo o papel de sujeitos que fazem a refazem o mundo (Freire, 1979, p.26).

territorialidades urbanas das capitais do país” (2021), ela acentua que a escritora Carolina Maria de Jesus confrontou essa lógica colonial, ainda contemporânea, ao afirmar: “sim eu escrevo. Na minha opinião, escreve quem quer”.³ Isso foi uma resposta contra o silenciamento que mantém pessoas negras, pobres, periféricas, de fora da possibilidade de inscrição na literatura.

Evaristo reforça quando diz que é perceptível a invisibilidade histórica e literária das mulheres negras, e quando representadas na literatura, são estereotipadas, não fazendo parte do modelo padronizado como de mulher na sociedade brasileira. É uma representação ancorada nas imagens de seu passado escravo, de corpo objetificado ao prazer do macho senhor, “não desenha para ela a imagem de mulher-mãe, perfil delineado para as mulheres brancas” (2007).

Diante disso, é fundamental entender a importância de um processo de desconstrução da imagem da negra e do negro na forma como ela é transmitida pela literatura brasileira. Há uma necessidade de maior valorização da cultura afro-brasileira impressa nos textos de autoria negra, e assim, reconhecer a negra e o negro como sujeitos legítimos para falar e escrever subjetivamente a sua história. É preciso ter consciência do branqueamento da literatura brasileira e de forma étnica construir uma textualidade negra que vem afirmando a diferença contextual do mundo, tendo em mente a necessidade de subverter o sistema literário brasileiro, contestando o jeito de como se escreve a história do Brasil.

Dessa forma, a pesquisa se preocupa em apresentar a mulher negra produzindo como sujeito da escrita, considerando sua subjetividade, sua vivência, sua visão de mundo, distanciando-se do que costuma ser reconhecido como literatura oficial, dos livros aceitos facilmente pelos currículos escolares, um modelo dominado pela cultura branca, comumente escrita por brancos, descrevendo personagens brancos, e quando apresenta personagens negras, a distância racial reproduz estereótipos como a mulata hipersexualizada, o malandro, o serviçal sem família etc. A literatura negra entra em cena com autoras negras e autores negros e suas personagens mostrando integridade e totalidade, rompendo o vício do racismo que se mostra também institucional.

³ Carolina Maria de Jesus disse isso a um jornalista que a encontrou protestando contra homens que ocupavam um parque infantil. Audílio Dantas foi enviado pelo seu jornal à favela do Canindé, em São Paulo, em 1958 (publico.pt/2021/05/07/culturaipsilon/noticia/carolina-maria-jesus, 2021).

Vale destacar o que disse a escritora Chimamanda Ngozi Adichie (2009), em palestra intitulada: “O Perigo de Uma História Única”, para ela quando se mostra um povo como uma coisa só, sem parar, é isso que esse povo se torna. Acrescenta que é impossível falar sobre a história única sem falar sobre poder, que o poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva. Adichie destaca que as histórias importam, muitas histórias importam, que as histórias que foram usadas para espoliar e caluniar, também podem ser usadas para empoderar e humanizar.

E, assim, reforçando o que já foi dito, quando a literatura negra entra em cena, trazendo a totalidade dos acontecimentos, ela cria uma abertura, uma passagem, com possibilidades de, através do conhecimento integral, como salienta Adichie, usar as histórias para empoderar e humanizar. Isso é transformador.

Lembrando as palavras de hooks, o trabalho intelectual é necessário na luta pela libertação porque, em outras palavras, valoriza os esforços dos oprimidos e explorados, mostrando os possíveis caminhos de passagens de objetos a sujeitos, num processo de descolonização e libertação de suas mentes (hooks, 1995)

E nesse sentido, é oportuno que as regiões periféricas tenham lideranças capazes de, não só denunciar as injustiças que podem ser consequências do descaso do poder público, mas praticar ações com o intuito de transformação⁴. Sendo território negro, a Baixada Fluminense tem grande influência africana na cultura, mas é uma característica pouco conhecida. Dentre a diversidade cultural existente na Baixada Fluminense, a literatura negra tem seu espaço. Espaço construído no cotidiano pelos próprios escritores e escritoras da região. Escrever é uma arte, e sabemos que a arte tem potencial transformador. As escritoras negras da Baixada Fluminense têm contribuído não só para a visibilidade dessa escrita, mas também a partir dela, nos seus locais de atuação, colaborado de formas diferenciadas e significativas na luta contra o racismo.

Para chegar aos objetivos deste trabalho alguns questionamentos são pertinentes: Como as escritoras negras da Baixada Fluminense dão visibilidade às suas escritas e

⁴ Transformação: “Pressupõe uma alteração de um estado, modelo ou situação anterior, para um estado, modelo ou situação futuros, por razões inesperadas e incontroláveis, ou por razões planejadas e premeditadas (<https://pt.wikipedia.org>)

contribuem na luta contra o racismo? Quais são as estratégias de ações alternativas de cada escritora visando a divulgação e publicação de suas escritas?

METODOLOGIA

O objetivo central da pesquisa foi o de identificar as diferentes formas de atuação das escritoras negras da Baixada Fluminense que visibilizam as suas escritas e, conseqüentemente, contribuem na luta contra o racismo. Para viabilizar o objetivo proposto, e assim, conhecer e compreender as estratégias de ações alternativas de cada escritora visando a divulgação e publicação de suas escritas, do ponto de vista metodológico, a pesquisa adotou uma perspectiva qualitativa, uma vez que não se preocupa em quantificar escritoras negras, mas saber como elas atuam. Para isso foram selecionadas três escritoras, considerando alguns critérios como: variação de municípios, porém levando em conta realidades semelhantes, no caso, Mesquita e Nova Iguaçu. O primeiro, mesmo emancipado há 25 anos e uma perspectiva de implementação de novas políticas de desenvolvimento local, ainda é muito influenciado pelo segundo: A Baixada Fluminense faz parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e abrange 13 municípios; diferentes profissões: As mulheres negras da região exercem variadas profissões, aqui não se trata de levantar especificamente as condições de trabalho, sabemos que as histórias das mulheres negras periféricas são de resistência e luta por sobrevivência diária, mas considerar a atuação profissional como mais um espaço de divulgação; e formas de atuação na luta, em especial, contra o racismo: Esse critério durante o percurso teve mais relevância considerando o objetivo central de identificar as formas de atuação, porque leva em conta a militância e ativismo, momentos prioritários para divulgação de suas escritas, o que explica o fato de duas das três escritoras atuarem no mesmo município (Nova Iguaçu), mas com históricos de atuação diferentes. As três escritoras escolhidas abrangem em suas militâncias e ativismo, as áreas de educação, saúde e direitos humanos. Analisando registros biográficos e autorais encontrados, caracterizando uma pesquisa documental, como também acompanhando participações das escritoras em eventos, documentários, entrevistas, debates e rodas de conversas online.

Por meio da análise dos documentos, a pesquisa pretendeu descobrir como as atividades desenvolvidas pelas escritoras negras da Baixada Fluminense possibilitam uma maior aproximação a um público que desconhece a existência de uma literatura que tem legitimidade para contribuir com a desconstrução dos estereótipos negativos relacionados à cultura africana e afro-brasileira, e as estratégias para publicação de suas produções literárias tendo em vista um mercado editorial excludente. Um mercado em que os valores estéticos, econômicos e políticos decidem ou não a publicação de uma obra. Esses valores são mutáveis historicamente, se relacionando às determinações e ideologias de um período, referente a preferências individuais e, sobretudo, de grupos sociais que exercem e mantêm o poder sobre outros.

Essa análise proporcionou um maior entendimento sobre as estratégias de ações dessas escritoras, considerando a realidade local. A Baixada é uma região periférica que carrega a marca da desigualdade social, tendo como desafio maior o acesso à saúde e educação, como também, o reconhecimento da sociedade de sua rica diversidade cultural. E neste lugar, essas mulheres, independentemente do talento para a produção literária, exercem funções diversificadas.

A pesquisa apontou que através dos espaços de atuação profissional, ativismo e militância, elas realizam o desejo de difundir a literatura negra, ao mesmo tempo em que realizam discussões temáticas sobre negritude dando possibilidades a contação de outras histórias. Representadas por Dayse Marcello, Dóris Barros e Mãe Beata de Iemanjá, são mulheres negras da Baixada Fluminense e suas histórias de vida, existências e persistência, lidando com o silenciamento, e criando formas de dar visibilidade.

Para a estrutura do texto foram aqui traçados alguns pontos considerados importantes para um entendimento, divididos em três capítulos que subdividem-se e que foram desenvolvidos à luz de conceitos, teorias, comentários, opiniões, narrativas de memórias e vivências relacionados ao tema. As obras estudadas têm como base conteúdos relacionados a literatura negra, sobretudo, a literatura negra feminina e a problemática da invisibilidade, apresentando autoras como Conceição Evaristo e outras, e o processo de construção da identidade e estereótipos negativos na visão de Kabengele Munanga, Evaristo e outros.

O primeiro capítulo inicialmente faz um levantamento histórico acerca do surgimento do termo literatura negra trazendo um apanhado da literatura negra feminina brasileira, destacando informações que reforçam o entendimento da sua definição a partir de teorias, comentários e opiniões de estudiosos, contextos históricos com o objetivo de situar a sua trajetória, apresentação de escritoras contextualizando suas produções. Em seguida retrata a relação das produções literárias com a identidade e autoafirmação, com a intenção de explicar que a escrita se relaciona com a subjetividade e vivências de quem a produz, podendo proporcionar independência de expressão, defendendo pontos de vista e direitos.

Eleonora Menicucci (2013), por exemplo, foi referência teórica nesta pesquisa por conta de sua participação na organização do prêmio “Mulheres Negras Contam sua História”. Como socióloga e pesquisadora ela relata a importância de resgatar as mulheres negras do anonimato, como sujeitos na construção da história do Brasil. A escritora Conceição Evaristo (2007) destaca a invisibilidade histórica e literária das mulheres negras, e quando representadas são estereotipadas com a imagem da antimusa. Evaristo enfatiza que a desconstrução dos estereótipos ocorrerá quando colocada a questão das identidades no interior da linguagem com um olhar valorativo sobre a cultura e o corpo negro.

O segundo capítulo começa colocando um pouco da estimativa territorial destacando questões históricas e sociais como desigualdade, violência, lutas e resistências, entrando especificamente no tema identificando a complexa cultura afro-brasileira na Baixada Fluminense. Uma cultura conceituada como um conjunto de valores, costumes, crenças e conhecimentos. Cultura que se expressa nas artes, e dentre elas, o teatro, a música, a literatura, também conhecida como a arte das letras. Questiona a invisibilidade das escritoras negras da Baixada com o intuito de informar a existência delas e as formas de encontrá-las. Na sequência apresenta como a identidade local, considerando as vivências singulares numa região marcada por uma trajetória negativa, mas com uma diversidade cultural que influencia nas produções literárias a partir de suas próprias narrativas de memórias ou a luz de teorias e conceitos.

O antropólogo Kabengele Munanga (2019) defende que o processo de identidade é inacabado e é construído de elementos comuns aos membros de um grupo.

Dóris Barros escritora negra da Baixada, sustentada no Munanga, destaca que cada sujeito participante de um grupo possui sua bagagem de vivências, experiências, crenças, sua subjetividade pessoal construída ao longo de sua história de vida num entrelaçamento entre o individual e o coletivo.

O capítulo finaliza mostrando como cada uma das escritoras contribui na luta contra o racismo considerando os seus espaços de atuação e a relação conflituosa com o mercado editorial.

O terceiro capítulo introduz enfatizando a importância da presença histórica das mulheres negras neste lugar, nas lutas cotidianas, na resistência, na cultura, na literatura, como diz Lu Ain Zaila, “uma literatura com a cara da Baixada”, e faz uma apresentação mais específica do seleto grupo de escritoras negras da Baixada Fluminense que protagonizam o trabalho, trazendo mais informações sobre suas histórias de vidas, sobretudo nas atuações como ativistas e militantes.

A dinâmica de apresentação das escritoras negras da Baixada Fluminense começa a partir do segundo capítulo. A intenção é a de que através das suas próprias narrativas de memórias vá se desenhando uma autoapresentação. Para isso foram selecionados trechos de suas falas retiradas de suas produções literárias e também de entrevistas, documentários e participações em rodas de conversas.

Sem maiores pretensões, esse trabalho procura contribuir com a visibilidade da literatura feminina negra na região da Baixada Fluminense, e também homenagear essas mulheres que tiveram e têm o talento de produzir literatura com simplicidade e verdade, que tem a sensibilidade de compartilhar saberes mesmo com dificuldades com o intuito de colaborar com a transformação social, que sabiamente entendem que o processo de conscientização é o caminho.

1: LITERATURA NEGRA FEMININA

Os primeiros registros da literatura de autoria negra no Brasil datam a partir da segunda metade do século XIX (2018), porém os estudos críticos acerca dessa vertente literária se intensificaram há algumas décadas. Uma potência criativa que mesmo silenciada revela a sensibilidade subjetiva de uma camada da população que reinventa a vida e constrói novas realidades. Os estudos relacionados a presença do negro na literatura brasileira, como tema ou autoria, por muito tempo foram exclusividade de pesquisadores estrangeiros, por isso a comprovação hegemônica da branquitude no Brasil.

O pesquisador Rafael Balseiro Zin, aponta que em 1943, surge um dos primeiros livros abordando a questão: *Poesia afro-brasileira*, do sociólogo francês Roger Bastide. Com base nas obras de autores, como Domingos Caldas Barbosa, ele atravessa o século XIX, passando por autores como Gonçalves Dias, Silva Rebelo, Luís Gama e outros (2018, p.3). Surgiram no Brasil, com o passar do tempo, pesquisadores como Oswaldo de Camargo (1987), Zilá Bernd (1987, 1988 e 1992) entre outros. Estudos importantes que consolidam um acervo crítico dedicado aos escritores e escritoras negros e negras no Brasil, mas com circulação restrita entre os pesquisadores que investigam o assunto.

Somente nas últimas décadas do século XX e a partir dos anos 2000, que o interesse pela literatura afro-brasileira se ampliará, principalmente como resultado da reorganização e fortalecimento do Movimento Negro no país, com o revisionismo crítico proveniente da chamada “crise dos paradigmas” nas ciências humanas e sociais e de seus reflexos nos estudos literários” (Duarte, 2011 apud Zin, 2018, p.5).

Dentre os intelectuais que se debruçaram sobre o assunto, Luiza Lobo (1993, p.222) afirma que um dos aspectos primordiais, que caracteriza a literatura afro-brasileira, é o fato dela ter surgido no momento em que o negro passa de objeto a sujeito da criação, deixando de ser tema para

autores brancos e passando a registrar a sua própria visão de mundo (Zin, 2018, p.6).

Sobre a crise dos paradigmas nas ciências humanas e sociais, vale levantar algumas questões referente aos estudos que tratam da relação entre literatura e afrodescendência no Brasil: Como a noção de cultura (com base nos estudos culturais ingleses, na década de 1960) que passou a ser vista como a organização dos significados e dos valores de um determinado grupo social direcionando a um mundo mais democrático, plural e inclusivo. Os estudos culturais trouxeram para o debate “a ideia de que as sociedades deveriam ser entendidas enquanto um conjunto hierárquico e antagonista de relações sociais, comumente balizadas por opressões de classe, de gênero, de raça e demais marcadores de diferença” (Ibid, 2018).

Esses avanços, respondendo à proliferação de manifestações culturais, fizeram expandir os estudos literários. No Brasil, trouxe à tona a possibilidade de um exame das aproximações e distanciamentos entre a chamada Alta literatura e a produção literária não-canônica. Nesse contexto, a literatura afro-brasileira, “encontrou uma brecha para denunciar o preço de se viver em um país onde o fazer literário continua sendo reserva de classe e em que boa parte da população é excluída tanto de sua produção quanto de sua fruição” (Ibid).

Importante destacar que no final da década de 1970 no Brasil, um acontecimento foi responsável pelo surgimento do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNDCCR)⁵, que pouco depois passou a ser Movimento Negro Unificado (MNU). No dia 7 de julho de 1978, as escadarias do Teatro Municipal de São Paulo foram palco do ato público que convocava homens e mulheres a reagirem à violência policial cotidiana. No mesmo ano dessa movimentação política, em Araraquara, cidade do interior de São Paulo, ocorre o lançamento do primeiro volume da série Cadernos

⁵ Movimento Negro Unificador Contra a Discriminação Racial: Criado para ser um instrumento de luta da Comunidade Negra. O princípio básico é o trabalho de denúncia permanente de todo ato de discriminação racial e em 1979 passou a ser Movimento Negro Unificado. Um movimento que foi influenciado pelas lutas dos direitos dos negros dos Estados Unidos e movimentos de libertação dos países africanos como Guiné Bissau, Moçambique e Angola. Com o tempo foram surgindo núcleos em vários estados pautando projetos e atividades denunciando o mito da democracia racial brasileira e a conscientização da população negra.

Negros⁶, publicação independente reunindo trabalhos de oito poetas afro-brasileiros, que, entre eles, dividiram os custos da edição.

Esse mesmo grupo de autores, das primeiras edições dos Cadernos, Em 1980, fundou o coletivo paulistano, Quilombhoje Literatura⁷, com o objetivo de promover discussões e aprofundar a experiência afro na literatura brasileira. São alguns deles: Cuti, Oswaldo de Camargo, Abelardo Rodrigues, Colina e Mário Jorge Lescano. O Quilombhoje continua ativo até hoje estimulando o hábito da escrita e da leitura de autores afro-brasileiros, além disso, desenvolvendo estudos, pesquisas e diagnósticos sobre vários aspectos da cultura negra no país.

O corpo negro sofreu, durante séculos, violação em sua integridade física, e foi interdito no seu espaço individual e social por conta do sistema escravocrata, e ainda hoje sofre por outros meios de exclusões sociais, que levam os descendentes de africanos a inventarem formas de resistência. Para a escritora Conceição Evaristo (2007, p.12), “Vemos, pois, a palavra literária oral e / ou escrita buscar modos de enunciação positivos na descrição do corpo / corpus cultural negro”. E afirmando uma textualidade diferenciada de mundo a literatura afro-brasileira vem subvertendo o sistema literário brasileiro, e contestando a escrita da história brasileira que ignora a trajetória dos africanos e seus descendentes no Brasil e o desconhecimento das lutas quilombolas que aconteceram em vários lugares do território brasileiro.

Nesse sentido destacam-se as vozes do movimento negro para colocar Zumbi dos Palmares, João Cândido, Luiza Mahin e outros e outras como heróis e heroínas nacionais. Evaristo destaca que a literatura afro-brasileira está incluída nas pontuações ideológicas do Movimento Negro, que a expressividade negra ganha uma nova consciência política inspirada no Movimento Negro Brasileiro voltando para a reafirmação, na década de 1970. Um Movimento que chega tarde, influenciado pelos discursos de Lumumba, Black Panthera, Luther King, Malcom X, Angela Davis e das guerras de independência das colônias portuguesas.

⁶ Cadernos Negros começou a publicar em 1978 com poemas de Oswaldo de Camargo, Cuti e outros. A série consolidou-se como uma das mais importantes coletânea de divulgação da literatura negro-brasileira no país.

⁷ O coletivo Quilombhoje foi criado em 1980 para cuidar das edições dos Cadernos e das reflexões entre literatura e racialidade, cânone e identidade, e contribuir com o debate político e social referente à situação dos afro-descendentes no Brasil.

[...] Esse discurso é orientado por uma postura ideológica que levará a uma produção literária marcada por uma fala enfática, denunciadora da condição do negro no Brasil, mas igualmente valorativa, afirmativa do mundo e das coisas negras, fugindo do discurso produzido nas décadas anteriores carregado de lamentos, mágoa e impotência. Autores / as, se não estão ativamente no seio do Movimento Negro, não podem negar que as suas produções sofreram ou sofrem influência dos discursos elaborados e propagados pelos longos anos de lutas do MN (Evaristo, 2007, p.14).

Para a autora, embora a década de 1970 tenha sido um período marcante como a afirmação das vozes negras em seus discursos, históricos, literários, religiosos de matriz africana, políticos, musicais, ao longo do processo de formação da literatura brasileira, existiram vozes negras desejosas em falar por si e de si. Como exemplos as obras de Caldas Barbosa (1738 - 1800), Luís Gama (1830 - 1882), Cruz e Souza (1861 _ 1898), Lima Barreto (1881 - 1922), dentre outros. Evaristo destaca a voz incisiva de Luís Gama, filho de Luiza Mahin, uma das líderes da Revolta dos Malês⁸, que ocorreu em 1835, Salvador, Bahia, aparece em seus poemas. A obra de Gama “Orfeu de carapinha”, em que assumindo uma autodeterminação indica o desejo em ostentar uma identidade de origem africana, numa época totalmente influenciada pelos costumes europeus. Outro poema do mesmo autor “Quem sou eu”, conhecido como “A Bodarrada”, aqui ele ironiza, respondendo ao apelido de “bode⁹” que era dado aos mulatos. Neste poema, segundo a autora, havia forte presença de uma miscigenação negra numa sociedade que desejava se embranquecer.

E nesse contexto escravocrata, aparece o nome e a obra de Maria Firmina dos Reis (1825 - 1917), autora dos primeiros escritos produzidos por uma mulher brasileira. Foram poemas, Contos, crônicas, e o primeiro romance abolicionista, “Úrsula” (1859).

[...] Nesse sentido, o pesquisador Eduardo de Assis Duarte ao reconhecer os precursores, “os pais” de uma literatura afro-brasileira, como Caldas Barbosa, Gama, Cruz e Souza, Machado de Assis, Lima Barreto, advoga

⁸ A Revolta dos Malês aconteceu em 24 de janeiro de 1835. Trabalhadores africanos escravizados ocuparam Salvador (BA) e enfrentaram, por mais de três horas, civis e soldados coloniais, ficando conhecida como a mais importante rebelião urbana de escravizados no Brasil.

⁹ O poema foi uma resposta ao apelido que os intelectuais da época tentaram lhe impor. Bode era um termo usado para depreciar os negros mais claros.

o nome de Firmina dos Reis, como “um dos Marcos fundadores” da literatura afro-brasileira. Chamando a atenção para o fato de que Firmina dos Reis publica seu romance *Úrsula*, no mesmo ano em que Luís Gama publicou as suas *primeiras trovas burlescas*, Duarte aponta não só um Pai, mas também uma Mãe, para uma literatura afrodescendente (Ibid, p.15).

E assim, as mulheres negras buscam, até hoje, formas de saírem do silenciamento, de se fazerem ouvir na sociedade brasileira. Vêm produzindo, segundo Evaristo, uma contra-escrita à letra hegemônica. Produzindo uma literatura que pode ser pensada como uma escrevivência que considera a interseção de gênero e etnia. A autora destaca nomes como Ana Cruz, Celinha, Cidinha da Silva, Esmeralda Ribeiro, Geni Guimarães, Lia Vieira, Mãe Beata de Iemanjá, Maria Helena Vargas, Miriam Alves, Roseli Nascimento, Sônia Fátima da Conceição, dentre outras. Elas afirmam “a existência de um discurso literário nascido da experiência específica de ser mulher e negra na sociedade brasileira”.

Não esquecendo as precursoras de audaciosos movimentos de escrita ainda na sociedade escravista patriarcal, tempo em que ler e escrever eram atos reservados ao patriarca branco, Evaristo cita mulheres negras, como Rosa Maria Egípcíaca da Vera Cruz e Maria Firmina dos Reis. Sem esquecer já na década de 1960, o movimento executado por Carolina Maria de Jesus¹⁰, que, audaciosamente, reciclando a miséria de seu cotidiano (2007), escreveu vários livros, dentre eles, o famoso Quarto de Despejo.

Sobre o fazer literário das mulheres negras, pode-se dizer que os textos femininos negros (poemas, contos, romances, crônicas), para além de um sentido estético, buscam semantizar um outro movimento, aquele que abriga todas as suas lutas. Toma-se o lugar da escrita, como direito, assim como se toma o lugar da vida (Ibid, 2007, p.25).

¹⁰ Carolina Maria de Jesus desconstrói o conceito tradicional de identidade, para Erenice Gertrudes Ramos, ela passa a ser o sujeito da própria história vencendo os desafios de viver no lugar esquecido pelas autoridades, de ser mãe solteira de três filhos e de não ter um emprego decente para satisfazer todas as suas necessidades (2021). Desse modo Carolina, ainda, segundo Ramos, descobriu as palavras e o prazer pela literatura e escrita na luta diária pela sobrevivência, e junto a isso a discriminação.

1.1. Refletindo a literatura negra feminina

Início minhas reflexões sobre literatura negra feminina considerando algumas referências norteadoras. Segundo a professora Fernanda Miranda, a afirmação da Carolina Maria de Jesus, "Sim eu escrevo. Na minha opinião, escreve quem quer", tem um grande significado de transformação na totalidade da arte das letras brasileiras, que historicamente se construiu pela "chave da escrita como privilégio reservado a alguns homens brancos, heterossexuais, pertencentes a elite econômica, geralmente circunscritos às territorialidades urbanas das capitais do país" (2021). Ela acentua que:

Tal lógica colonial, ainda tão contemporânea, foi confrontada por Carolina Maria de Jesus de forma avassaladora. Depois dela, ficou gravado no edifício literário nacional uma resposta muito ativa contra o silenciamento que mantém pessoas negras, pobres, periféricas, de fora da possibilidade de inscrição na literatura (Miranda, 2021, p.16).

No dia 25 de fevereiro de 2021, Carolina Maria de Jesus foi homenageada com o título de *Doutora Honoris Causa*, concedido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Essa atitude pode ser entendida como um reconhecimento da contribuição da escritora para a cultura brasileira através da arte das letras. Carolina Maria de Jesus, obteve notoriedade a partir da publicação da obra "Quarto de Despejo" (1960). Um diário das suas experiências de vida como catadora de papel, mãe de três filhos e moradora da comunidade do Canindé, na capital paulista, na década de 1950. Esse livro chegou a vender cem mil exemplares, teve tradução em vários idiomas sendo distribuído em vários países. A escritora, que faleceu em 1977, continua sendo lida até hoje. Estudada profundamente tanto na sua escrita, como na sua trajetória de vida como mulher negra e marginalizada. A socióloga e escritora, Neide Almeida, fala ao Portal *CENPEC*¹¹ sobre a importância do prêmio:

¹¹ CENPEC: organização da sociedade civil sem fins lucrativos que promove qualidade e equidade na educação pública brasileira.

Esse reconhecimento do lugar da Carolina Maria de Jesus diz muita coisa. Primeiro, coloca em xeque o próprio conceito que a gente tem em relação ao título de doutor. Esses títulos foram concebidos a partir de uma perspectiva absolutamente eurocentrada, pautada principalmente por um conhecimento acadêmico também orientado por esse olhar eurocêntrico. Ao reconhecer a Carolina como Doutora Honoris Causa, abre-se um espaço importante para o reconhecimento de que os saberes são construídos de formas diversas, e podem se materializar na diversidade de possibilidades (2021).

Dessa forma, é importante observar o que disseram a escritora Conceição Evaristo e a professora Fernanda Felisberto sobre literatura afro-brasileira em entrevista dada para o *Canal Cultura* (2015). Para a primeira, literatura negra tem como definição uma produção literária que coloca o próprio negro (a) como sujeito e objeto da escrita. Mulheres e homens criando textos literários partindo da subjetividade negra. Já a segunda, professora de literatura da UFRRJ, destaca que é preciso conscientizar-se de que a experiência negra é diferente de ser branca, que também se diferencia de ser africano no Brasil. É olhando para essas experiências, partidas de um lugar e de uma vivência ancestral, que as histórias são construídas.

Na apresentação do livro "Mulheres Negras Contam Sua História" a socióloga, Eleonora Menicucci, relata a importância de resgatar as mulheres negras do anonimato, como sujeitos na construção da história do Brasil. Menicucci não é uma escritora negra, mas, como pesquisadora, nos lembra das negras vindas da África nos porões das naus portuguesas do século XVI até o ano de 1850, quando o tráfico foi proibido. "Elas estavam na labuta das plantações canavieiras e posteriormente do café, nas alcovas e cozinhas das casas grandes", destaca a socióloga:

Foram amas de leite, negras dos tabuleiros vendendo doces e comidas nas ruas, lavadeiras, lutadoras nas revoltas contra a escravidão e a opressão racista. Libertas, pobres e anônimas resistem, combatem a discriminação e estão presentes no rosto do povo pobre que habita este país, mas esquecidas pelos livros que contam nossa história (Menicucci, 2013, p.09).

Importante entender que a invisibilidade da literatura negra não nega a sua existência, e o reconhecimento dessa escrita deve partir das próprias escritoras e escritores, negando o saber estabelecido e legitimando uma escrita vivenciada. Evaristo

diz que é perceptível a invisibilidade histórica e literária das mulheres negras, e quando representadas na literatura, são estereotipadas, não fazendo parte do modelo padronizado como de mulher na sociedade brasileira. Cria-se a imagem de antimusa. Assim:

A representação literária da mulher negra, ainda ancorada nas imagens de seu passado escravo, de corpo-objeto de prazer do macho senhor, não desenha para ela a imagem de mulher-mãe, perfil delineado para as mulheres brancas [...] (Evaristo, 2007, p. 21).

E assim, com seus textos quase sempre ignorados, as escritoras negras têm sido sub-representadas nas histórias e críticas literárias. Segundo a escritora Florentina Souza, os "donos" do campo literário usaram de forma eficiente os recursos para silenciar as vozes de mulheres negras que tentavam reescrever suas histórias e inseri-las na produção textual brasileira. Logo:

As mulheres negras, na tradição escolar brasileira, obtiveram espaço restritíssimo, e a não escolarização das mulheres livres e libertas tem sido apontada, por alguns, como motivo para o fato de não encontrarmos registros de mulheres negras atuando na vida literária brasileira (Souza, 2012, p. 09).

Com essa preocupação, em artigo, Douglas Rodrigues de Sousa, fala sobre a *mulher negra no contexto da literatura afro-brasileira*. Ele destaca as figuras negras femininas que produziram literatura afro-brasileira em diversas épocas na literatura nacional como Maria Firmina dos Reis, no século XIX, ou Carolina Maria de Jesus, no século XX, sendo referências de um determinado momento histórico. "Das mãos femininas afrodescendentes, histórias foram produzidas" (2015). Na literatura brasileira, a mulher negra pode ser encontrada na variação de duas formas: sendo representada e ela mesma escrevendo e participando dessa literatura. Ou seja, são representadas e autorrepresentadas.

1.2. Identidade e Autoafirmação

Colocada a questão das identidades no interior da linguagem, isto é como ato de criação linguística, a literatura, como um espaço privilegiado de produção e reprodução simbólica de sentidos, tornar-se um locus propício para enunciação ou para apagamento das identidades (Evaristo, 2007, p.7).

Segundo a escritora, a premissa acima citada, se torna uma referência para, assim, desconstruir estereótipos de negros propagados pela literatura brasileira, com um olhar valorativo sobre a cultura e o corpo negro, os textos de autoras e autores afro-brasileiros adotam um discurso específico causando uma ruptura no conjunto do sistema literário nacional.

Falando ainda sobre a importância do prêmio da Carolina Maria de Jesus, a escritora, Neide Almeida, acrescenta que no universo literário, por conta desse acontecimento, abrem-se brechas para questionamentos acerca do conceito de literatura que tem orientado a nossa formação. Enfatiza, que durante muito tempo, a nossa literatura vem sendo organizada referenciando um conceito extremamente preconceituoso, que é racista por não reconhecer produções que consideram, sobretudo, a oralidade oriundas das pessoas com graus de letramento mais baixos. O espaço de criação da literatura para a valorização e representação da expressão humana precisa de uma inclusão diversificada.

Existe uma enriquecedora representatividade de escritoras negras como Maria Firmina dos Reis, Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo e outras que parte de uma força ancestral e mostram o cotidiano das mulheres negras do Brasil, com o olhar feminino sobre os problemas enfrentados pelos negros e negras nos vários espaços, desvendando aspectos escondidos pelo poder dominante. Essas mulheres escrevem despadronizando as imposições estruturais que dominam e invisibilizam às mulheres e os negros.

Em seu artigo, "Literatura: a voz da escritora negra", a professora Maria Cristina Maciel faz referência ao termo literatura negra, como sendo:

A resistência ao silenciamento imposto à sua desvalorização na hierarquia social, tornando-se revolucionário, por ser um enfrentamento da herança patriarcal e racista, base da sociedade brasileira. É uma luta contra a invisibilidade, é uma reivindicação da alteridade e da existência da narrativa, em que o dominador tem seu lugar de fala legitimado. [...] E uma escrita que tem suas origens na senzala e emerge com sua força ancestral, para contar a sua história com o corpo e as entranhas, fazendo ecoar a voz coletiva de um povo e tornando visível o que foi ocultado, silenciado e desacreditado. As Escritoras negras das sombras a história que foi sepultada pelo poder (Maciel, 2017, pp. 234-235).

Vale a pena considerar a visão de Douglas de Souza sobre o poema "Resgate", de Alzira Rufino:

sou negra ponto final
devolvo-me a identidade
rasgo minha certidão
sou negra
sem reticências
sem vírgula sem ausências
sou negra note cansaço
sou negra
ponto final
(Alzira Rufino, 1988, p.19).

Para esse autor, aí se revela um sujeito negro feminino que apresenta e afirma sua identidade negra. E que a voz lírica que se expressa no poema resgata não somente a sua história, mas sua identidade e origens. Uma voz que procura resolver qualquer dúvida em torno de sua identidade negra.

Por meio dos seus antepassados, do coletivo negro e das imagens do povo da diáspora negra, Rufino elabora a memória e a identidade de sua poesia afrodescendente (Souza, 2014, p.20).

1.3. Ressignificando a escrita negra feminina

É importante questionar o papel da literatura negra com o objetivo de causar uma resignificação do sujeito subalterno feminino negro, considerando os vários espaços que foram negados as mulheres negras, isso, por intermédio da literatura e da escrita apropriando-se da "escrevivência", termo criado e utilizado pela escritora negra, Conceição Evaristo. As mulheres negras apropriam-se dos espaços de suas aspirações e evidenciam suas representatividades na literatura, especialmente com suas experiências e histórias de vida. "Instrumentalizadas com voz, escrita, luta e resistência, rompem com o sistema patriarcal, sexista e racista como um ato político, que é a escrita, instigando outras mulheres a se questionarem e a se libertarem parcialmente das suas dores da alma", Segundo Mariana Oliveira e Luciene Almeida, no livro "A Literatura Feminina Afrocentrada e o Seu Papel de (Re) Significação do Sujeito Feminino Subalterno Negro".

Nesse sentido, o grupo de mulheres da disciplina "*A escrevivência literária: literatura como forma de sobrevivência*" do curso de Licenciatura em letras, do Instituto Federal de Goiás (IFG), serve de referência. Disciplina que apresentou contos, poemas e textos de autoria feminina e negra, e a partir desses conteúdos, essas mulheres, buscaram respostas dos motivos que levam às mesmas a se identificarem com as leituras de autoras como Cristiane Sobral, Conceição Evaristo, entre outras.

Importante destacar o trabalho elaborado por esse grupo, uma vez que, como relata Oliveira e Almeida, foram esses questionamentos que levaram as mulheres a participarem da disciplina, e se identificarem com as criações das autoras afro-referenciadas. Passaram então a analisar o papel da literatura, desde os primeiros escritos, e quem e para quem era a literatura. Perceberam que a literatura é articulada "às questões históricas, sociais, culturais, políticas e econômicas" (Gomes, 2012, p.729, apud Oliveira e Almeida, 2021, p.2), observaram o porquê da representatividade da mulher negra ser embasada pela visão do eu hegemônico, objetificado, depreciado e o motivo pelo qual essas vozes foram apagadas.

É necessário entender como a literatura afro-brasileira, escrita por mulheres negras, vem conquistando esse espaço na sociedade brasileira. Em seu artigo: *Literatura*

afro-feminina brasileira: uma forma de combate ao silenciamento e ao racismo, Fabiana dos Santos Sousa, enfatiza essa necessidade:

Não é de hoje que as mulheres negras escrevem. Essa função já vem sendo exercida por elas há alguns séculos. O pesquisador Ello Ferreira de Souza em seu artigo A Carta da Escrava 'Esperança Garcia' de Nazaré do Piauí: Uma narrativa de testemunho precursora da literatura afro-brasileira, aponta que, ainda no período colonial, escravas já eram alfabetizadas, a exemplo, Esperança Garcia, do estado do Piauí, Brasil, autora de uma carta datada de 1770 através da qual denuncia os maus tratos sofridos por ela e a família e reclama por direitos ao governador da Província do Piauí (Sousa, 2019, p.110).

Para a autora, a carta da Esperança Garcia¹² tem o seu reconhecimento como uma escrita afro-brasileira por conta dos elementos apresentados condizentes com os textos literários afro-brasileiros atuais: Temas relacionados a escravidão, o fato de a autora escrever para requerer direitos e denunciar abusos praticados pelos representantes da coroa de Portugal. Ela acrescenta que a escravizada Esperança Garcia deixa registrado em sua carta a condição miserável que os negros viviam num período considerado dos mais cruéis da história humana, a escravidão, sendo relatado pelas mãos de quem sofreu três vezes o preconceito por parte do colonizador, por ser mulher, negra e escrava. Para a autora, Esperança Garcia, Maria Firmina, e outras, tiveram suas vozes emudecidas pelos retratadores da historiografia literária do Brasil. Elas são exemplos de que as mulheres afro-brasileiras lutaram muito para adquirir saber e usaram a escrita como uma arma na luta contra o silenciamento das mulheres afrodescendentes e o racismo por elas sofrido.

Diante das amostras colocadas por mim sobre literatura negra feminina, entende-se então, que é preciso um processo de desconstrução da imagem da negra e do negro na forma como ela é transmitida pela literatura brasileira. Isso fica cada vez mais evidente. A necessidade de maior valorização da cultura afro-brasileira impressa nos textos de autoria negra, sobretudo, de autoria das mulheres negras. Deixando cada vez mais nítida a

¹² Em 1770 uma mulher negra, mãe, escravizada, em 6 de setembro, escreveu uma carta endereçada ao governador da capitania do Piauí. Denunciava as situações de violência que ela, as companheiras e seus filhos sofriam na fazenda de algodões, região a 300 quilômetros da futura capital, Teresina. Historicamente o documento é uma das primeiras cartas de direito que se tem notícia, segundo matéria do Instituto Esperança Garcia. Na carta encontra-se uma narrativa marcada pela indignação e a coragem de resistir (2019).

importância de reconhecer a negra e o negro como sujeitos legítimos para falar e escrever subjetivamente a sua história.

Tendo consciência do branqueamento da literatura brasileira e de forma étnica construir uma textualidade negra que também vem afirmando a diferença contextual de mundo, tendo em mente a necessidade de subverter o sistema literário brasileiro, contestando o jeito como se escreve a história do Brasil, que por sua vez, tende a ocultar os caminhos traçados pelos africanos e descendentes. Vale destacar o reconhecimento das lutas quilombolas que aconteceram em vários espaços do território brasileiro. Espaços marcados também pela presença das mulheres negras.

É da escrita que também se modifica o sentido de uma história que foi imposta como oficial, contestando o colonizador e estabelecendo uma nova história de autoria negra. E as escritoras negras brasileiras vêm com subjetividade e legitimidade, consciência e resistência, contribuindo no processo de estabelecimento da história real, vivenciada.

2: Literatura Negra Feminina da Baixada Fluminense

A Baixada Fluminense é território de resistência construído no dia a dia, nos bairros, considerando as experiências particulares. São treze municípios com diversas culturas como resultado das migrações que ainda acontecem por conta da organização ou reorganização determinada pela dominação capitalista. Essas infinidades culturais trazem o entendimento da importância da resistência coletiva.

A estimativa populacional da Baixada Fluminense é de 3.908.510 milhões de pessoas, segundo projeção do IBGE (2020). Composta por treze municípios (Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica). Segundo Simões (2011), a concentração populacional da região ocorreu ao longo do século XX, especialmente por conta do processo migratório intermunicipal e interestadual, junto a elevado crescimento vegetativo que provocou uma aceleração do crescimento demográfico entre 1940 a 1970.

De acordo com Simões (2011), ao analisar o território da Baixada Fluminense se evidencia uma complexidade das configurações sociais, espaciais e políticas. Tem como características marcantes a diversidade de paisagem e as desigualdades sócio-espaciais entre os seus municípios. Nova Iguaçu e Duque de Caxias formam os dois núcleos centrais, influenciando os territórios vizinhos.

Dentro da divisão regional do trabalho, desenvolvida ao longo do processo de estruturação econômica e sócio-espacial da metrópole, cabe a estas cidades o papel de centros de negócios, com uma grande diversidade de ofertas de bens e serviços, que vão dos mais simples aos mais complexos que, no entanto, exhibe lacunas de atendimento obrigando as populações destes núcleos e do seu entorno a se deslocarem para o Rio de Janeiro (Simões, 2011, p. 27).

O autor salienta que não existe um consenso geral no debate referente aos limites e composições dos municípios da Baixada Fluminense, nos trabalhos, cada autor tem colocação diferenciada sobre a delimitação dessa área, mas ressalta que alguns consensos devem ser considerados: os municípios de Nova Iguaçu e Duque de Caxias, por exemplo,

são classificados como núcleos desta região, e Belford Roxo, São João de Meriti, Nilópolis, Mesquita, Queimados e Japeri, são incluídos como parte da Baixada Fluminense por todos os autores. Dependendo destes, Magé, Guapimirim, Itaguaí, Seropédica e Paracambi podem ser inseridos ou não.

São cidades com algumas características diferentes. O cientista social e coordenador da organização não governamental Fórum Grita Baixada, Adriano Araújo, aponta que existem cidades com regiões com Mata Atlântica e vegetação preservadas, como Guapimirim, e outras cidades industriais, com grande população e diversidade cultural. É como se a Baixada dividisse entre as cidades que possuem um ar de interior, com pessoas que nasceram e vivem ainda no local e amam usufruir essa tranquilidade, e as cidades maiores, como Duque de Caxias, Nilópolis, Nova Iguaçu, Belford Roxo, São João de Meriti, sofrendo dos processos típicos das grandes periferias dos centros urbanos (2023).

E nessa divisão regional e cultural analisada pelo cientista social, é importante atentar para as informações da Agência Brasil (2023), apontando que o censo de 2010, caracterizou as cidades da Baixada como mais negras que a média do país. Dos 13 municípios, Nilópolis e Seropédica são os únicos que não tem mais de 60% da população que se reconhecia como preta ou parda. Japeri chega a 70%, Belford Roxo a quase 68%.

Pode-se entender a Baixada como um espaço social construído, sobretudo, nas lutas contra as opressões, violências e desigualdades. Uma região que, ao longo de sua história, habita uma população que vem convivendo com vários problemas que são estruturais, como processos de violência ligados a grupos de extermínio, facções criminosas do tráfico de drogas e as milícias. A política de segurança pública do Estado privilegia outros territórios mais centrais, reforçando a desigualdade. Como reação a isso, movimentos, coletivos e organizações se manifestam nas lutas defendendo direitos na tentativa de combater as desigualdades.

Uma população que convive diariamente não só com o problema da violência policial e atuação de grupos criminosos, mas com outros problemas históricos, como saneamento, mobilidade, ausência de equipamentos públicos de esporte, lazer e cultura. A violência se articula influenciando as relações sociais, as disputas eleitorais, locais de moradia e trabalho, acesso a transporte, educação, saúde, como também nas manifestações religiosas, nas afirmações identitárias de gênero e raça. Uma violência

imposta em discurso ou ameaça concreta que remonta as origens do processo de colonização defendendo a dominação de uma elite branca. Por esse motivo, a Baixada se enquadra nos territórios vistos como espaços deficitários de infraestrutura necessárias e políticas públicas que contribuam para reduzir as desigualdades.

Diante disso, vale destacar o que falou um grupo de três mulheres negras pesquisadoras¹³ da Baixada Fluminense para o portal Radar Saúde Favela¹⁴. Para elas, falar em ancestralidade é remontar à luta contra a escravidão e a manutenção da vida em coletivo, culturas, identidades e memórias que formam um pilar sólido para nossa resistência, que a Baixada Fluminense é um espaço de constante tensão ditando um ordenamento pela violência de Estado que vem cada vez mais se estruturando e, assim, dificultando o combate. É rememorando que se afirma a importância do enfrentamento diário, protagonizando e denunciando as ausências sistematizadas pelo Estado, definindo a esses espaços a opressão, a vigilância, o medo e as carências sociais (2024).

É um lugar de uma cultura identificada com a cultura negra, portanto não pode haver uma separação nesse sentido. Uma cultura que deu início durante o Brasil colônia, como consequência das fulgas dos negros, graças as suas rebeldias, não aceitando a escravidão, muitos vieram parar na Baixada Fluminense, formando, assim, os Quilombos e Mocambos exercendo importante papel na história de resistência coletiva. As pesquisadoras Monique Rodrigues e Giselle Florentino (2020)¹⁵, com base em registros históricos de jornais que circulavam nos tempos da escravidão negro africana, apontam que nesses registros é perceptível como o Estado brasileiro do século XIX, por meio da legislação, garantia a violência da escravidão, junto a imprensa local, que servia a uma elite latifundiária, promoveu várias caçadas aos Quilombos da Guanabara para destruir essa sociedade usando a Guarda Nacional, atual Polícia Militar¹⁶.

¹³ Pesquisadoras::Monique Rodrigues - Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial, Rose Cipriano - Coletivo Minas da Baixada, Articuladas MNU, Fátima Monteiro - MNURJ, Fórum Comunitário do Jardim Gramacho (2024).

¹⁴ Radar Saúde Favela é um informativo produzido no âmbito da Cooperação Social da Fiocruz. Foi gestado no contexto da pandemia de Covid-19. Segundo o próprio Portal, no início, o projeto foi realizado na esfera da Sala de Situação Covid-19 nas Favelas do Rio de Janeiro, vinculada ao Observatório Covid-19.

¹⁵ dmj.racial@gmail.com (2020).

¹⁶ As pesquisadoras indicam o livro “Histórias de Quilombos: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX”

A trajetória de resistência das mulheres negras na Baixada Fluminense nos lembra a organização social dos Quilombos¹⁷, que existiu enfrentando a violência e ressignificando as vivências africanas. Como consequência do epistemicídio¹⁸ e do racismo estrutural que fundamenta a sociedade brasileira, esse legado não é contado nos livros de história, reforçando a invisibilidade e o desconhecimento do protagonismo do nosso povo na história do país. Rodrigues e Florentino (2020), apontam que muitas destas comunidades quilombolas eram comandadas por mulheres negras, que se mantiveram na luta pela liberdade. O complexo de Quilombos levava o nome de Hidra Iguassu, Hidra em analogia ao monstro quase indestrutível da mitologia grega, Iguassu, referente ao rio que ainda corta o território do município de Duque de Caxias. Esse complexo deu origem à região da Baixada Fluminense, nos fazendo entender que é um território que, desde lá, é marcado pela resistência e lutas contra a violência de Estado. As mulheres negras têm em suas histórias a marca da resistência, da ancestralidade e da luta por sobrevivência diária, segundo as pesquisadoras.

Uma longa história que não surgiu agora, vem de muito tempo. Como já dito, marcada pela presença de Quilombos, comunidades formadas por escravizados que tinham como meta alcançar a liberdade e a autonomia. A produção cultural expressa a diversidade e a resistência do povo negro que habita essa região. Uma cultura que vem de um conceito diferente de ser letrada, acadêmica, mas conceituada de forma muito simples, ou seja, como um conjunto de hábitos, valores, costumes, leis, moral, língua, crenças, conhecimento.

Entendendo que todo povo, todo lugar tem cultura, percebe-se, dentre outras coisas, que alguns lugares têm uma cultura muito típica da região e outras que vão se espalhando, somando aos valores de outras culturas, podendo ser chamado, metaforicamente, de "caldeirão cultural"¹⁹. Essa cultura tem uma expressão viva e por isso é também chamada de arte, já que esta é entendida como a forma de o ser humano

¹⁷ Uma organização marcada pela luta por direitos e pela defesa de sua identidade cultural, histórica e social. As comunidades quilombolas têm uma organização política e econômica, e gerenciam as suas terras de forma coletiva

¹⁸ Epistemicídio: Termo criado pelo sociólogo e estudioso das epistemologias do Sul Global, Boaventura de Sousa Santos, para explicar o processo de invisibilização e ocultação das contribuições culturais e sociais não assimiladas pelo 'saber' ocidental (JORNAL DA UNIVERSIDADE - UFRGS, 2021).

¹⁹ "Caldeirão Cultural é uma expressão que tem como referência a fusão de culturas, etnias e nacionalidades. O seu uso pode descrever um evento cultural ou um país com grande diversidade cultural. O termo entrou em uso geral nos EUA depois de ser usado como uma metáfora descrevendo uma fusão de nacionalidades, culturas e etnias na peça de 1908 de mesmo nome (Matéria no site da populimstudies.org).

expressar suas emoções, sua história, sua cultura, e que pode ser representada de várias formas: na música, dança, pintura, cinema, literatura entre outras.

E falando nisso, quais são as artes existentes na Baixada Fluminense? Para um olhar atento, muitas! Segundo o professor de história Luís Alberto Bruno música, audiovisual, artes plásticas, teatro, literatura, etc. Existe uma complexidade cultural, e nela, a cultura afro-brasileira, que bem representa a presença africana na região (Bruno, 2021, Canal Seeduc RJ). Importante reconhecer que a cultura afro-brasileira é parte fundamental da identidade nacional, e ela se faz presente na Baixada Fluminense e merece ser reconhecida.

Mas o que interessa aqui é a literatura negra e, mais especificamente, a feminina. Cadê as escritoras negras da Baixada Fluminense? Que escrevem e conseguem publicar? O quanto sabemos da produção literária dessas mulheres? Parece até que não existem! Quais são os olhares que assim acreditam?

Para mim elas são visíveis há algum tempo. Isso porque num determinado momento da trajetória da minha vida tive a oportunidade de conhecer a existência delas. E como foi isso? Quando comecei a participar mais intensamente de movimentos sociais e políticos. Quando ainda muito jovem, a partir da atuação em pastoral social e partido político, veio a oportunidade de conhecer agentes de pastoral negros e negras, militantes do movimento negro e ativistas negras e negros. Então, como disse a escritora negra da Baixada Fluminense, Elisabete Nascimento, "As vozes sempre disseram, boa parte do problema está na escuta" (Canal do YouTube, Iaras e Pagus, 2021). Ela disse isso referindo-se ao mercado editorial em entrevista sobre mulheres negras e a literatura.

Coloquei o meu exemplo para um subentendimento de que muitas das informações que obtemos nem sempre estão expostas para todos, mas por conta de circunstâncias, ocasiões específicas. Como já foi dito aqui, a invisibilidade não nega a existência. A literatura negra feminina existe na Baixada Fluminense, e mesmo desconhecida para a grande maioria da população, vem de certa forma ocupando os espaços alternativos há algum tempo, e a partir destes, têm surgido oportunidades de ser expandida.

Isso tem acontecido, principalmente, de iniciativas das próprias protagonistas. considerando a definição do que seja literatura negra: "uma produção literária que coloca

o próprio negro e negra como sujeitos e objetos da escrita; mulheres e homens criando textos literários partindo da subjetividade negra" (Evaristo, 2007). Além das que se aventuram na luta para conquistar espaços de divulgação e publicação de suas produções, existem as que anonimamente escrevem e se mostram restritamente para a família e/ou amigos(as), que se apresentam como os principais motivadores. De outra forma, a automotivação, como a vontade de contar histórias e/ou colaborar nos processos de identificação e autoafirmação, no sentido de pertencimento, de seus restritos leitores e junto a isso acabam contribuindo na luta contra o racismo.

2.1. Mulheres negras escrevendo suas identidades

Autoafirmar-se identitariamente, conscientizar-se, é consequência de um processo complexo que envolve questões pessoais e sociais dos sujeitos nas suas experiências histórico-sociais, mesmo diante das determinações do sistema dominante. Segundo o antropólogo Kabengele Munanga (2019), a construção da nossa consciência só será possível se o ponto de partida for a autoidentificação dos membros de um determinado grupo contrapondo com a identidade dos membros do grupo “alheio” (refere-se a ideologia dominante).

Uma tal identificação - ("quem somos nós?" - "de onde viemos e aonde vamos?" - "qual é a nossa posição na sociedade?"; "quem são eles?" - "de onde vieram e para onde vão?" - "qual é a posição deles na sociedade?") - vai permitir o desencadeamento de um processo de construção de sua identidade ou personalidade coletiva, que serve de plataforma mobilizadora (Munanga, 2019, p.18).

Para ele, o processo de identidade é inacabado e é constituído de elementos comuns aos membros de um grupo como: língua, história, território, cultura, religião, situação social entre outros. As escritoras negras da Baixada Fluminense autoafirmam-se, também, através de suas produções literárias, partindo das identidades singulares nos grupos a que pertencem.

Dóris Barros, pedagoga e escritora negra da Baixada Fluminense, na conclusão de seu ensaio "Teias da Memória e Fios da História" (2012), sustentada no Munanga, destaca que cada sujeito participante de um grupo possui sua bagagem de vivências, experiências, crenças, sua subjetividade pessoal construída ao longo de sua história de vida, mas num processo de desenvolvimento humano que se constitui no entrelaçamento entre o individual e o coletivo. Para a pedagoga, a cultura cultivada nos engenhos acompanhou aquele povo em suas andanças. A transição do Brasil para um país industrializado, a urbanização, crescente importância dada às escolas, que ensinavam outros saberes, os considerados legítimos, intensificaram o declínio das práticas e saberes dos primeiros habitantes da Baixada Fluminense.

[...] Os saberes do cotidiano aos quais me refiro não diziam respeito apenas a mim ou aos meus familiares. Eram conhecimentos compartilhados por toda uma gama de pessoas em um território específico, pois muitas das cidades que hoje compõem a Baixada Fluminense surgiram de antigas fazendas [...] (Barros, 2012, p.149).

Essas terras inicialmente eram ocupadas pelos indígenas, e ainda hoje observamos que existem localidades que guardavam nomes originários de tupi-guarani e dialeto falado pelos tamoios e temiminós, habitantes da região antes do período colonial. Iguassu, por exemplo, que tem como significado água / rio grande que passou a ser Iguaçu, e a localidade de Belém hoje conhecida como Japeri, que significa uma espécie de planta que boia sobre o rio. A cultura indígena, por conta da ocupação urbana, foi destruída.

Renata Tobaldini e Maiara Sagato (Ewald e Soares, 2007, apud Tobaldini e Sapato, 2019 p.67) citam no conceito de identidade a existência de uma essência compartilhada, uma relação intrínseca entre identidade pessoal ou subjetividade e identidade cultural ou intersubjetividade, entendendo que a cultura pode ser vista como expressão que orienta a ação da comunidade. Elas ainda acrescentam que identidade segundo Bennici (2007), é um conjunto de características pessoais ou comportamentais que leva o indivíduo a reconhecer-se como membro de um grupo, numa relação constante de transformação (Bennici, 2007, apud Tobaldini e Sagato, 2007).

O convívio com os mais próximos, como a família, exerce influência na formação da identidade partindo dos acontecimentos cotidianos e são memórias que contribuem dando inspiração para a construção do enredo das escritas. Dayse Marcello, psicóloga e escritora negra da Baixada Fluminense, faz o seguinte relato na introdução dos motivos que a levou a escrever o seu livro "Eu Verso Buakamukua" (2013):

Quando temos pouca idade, é comum pensar que as coisas que os mais velhos dizem são exageros ou equívocos. Eu quando criança ouvia minha mãe dizer que “mentira era coisa do diabo”. Cheguei a pensar que “o diabo não era tão ruim”, pois eu convivía com muita gente que mentia com a naturalidade de quem bebe um copo de água sem expressar medo algum.

Então a gente cresce, amadurece e começa a perceber o porquê dos mais velhos nos dizerem certas coisas, na maioria das vezes, são para evitar as "*consequências desastrosas*" que a nossa pouca idade não nos permite

enxergar. No caso da minha mãe, ela estava me ensinando um valor moral que mobiliza afetividade, caráter, identidade. Sua intenção era me ensinar a ser verdadeira e a fazer questão de saber a verdade sobre qualquer coisa (2013, p.14).

A psicóloga faz alusão a essa memória da sua infância com as inúmeras contradições, equívocos, omissões e distorções nos relatos da história do Brasil, sobretudo, os relatos dos 388 anos de escravidão, dominação e posse dos territórios indígenas e o quanto isso se perpetua no imaginário popular como "verdades". Contradições como:

não falamos no Brasil o português de Portugal; Zumbi não foi um "rebelde", foi um grande herói que lutou pela liberdade dos negros; as mulheres negras não eram mulheres fáceis ou prostitutas, eram trabalhadoras de reconhecido valor e resistiram aos estupros a exemplo de Anastácia; os negros não são menos capazes, foram eles que (escravizados e explorados em sua força de trabalho) trabalharam "duro" sem nenhuma remuneração para enriquecimento dos "senhores" e consequentemente do Brasil; a maior e mais expressiva contribuição para a cultura brasileira foi a dos negros e a dos índios (no vocabulário, na alimentação, nos ritmos musicais e em outras áreas) e não a dos portugueses. (Idem, 2013).

Para a escritora, essas e outras contradições cristalizaram-se no imaginário coletivo impedindo a pluralidade da sociedade. Uma história "malversada" com origem na situação desvantajosa de negros e índios com base discriminatória. O indivíduo na relação com os acontecimentos, com as pessoas, os lugares, como na vivência familiar, relacionamentos com as pessoas e social, os espaços em que viveu, são questões determinantes na concepção da identidade desse sujeito. Dóris Barros começa seu ensaio supracitado fazendo uma análise da procedência do seu nome destacando a ausência de identidade com o mesmo ao tomar ciência do motivo que levou o pai a assim nomeá-la:

[...] Não tinha motivos para acreditar que meu nome poderia ter surgido a partir de qualquer outro referencial geográfico e cultural senão ocidental, já que as histórias assimiladas por meu pai não pareciam ser provenientes de outras origens. A paixão dele pelas estrelas de loiras de Hollywood da década de 50 foi um fator de definição do elemento básico da minha constituição identitária. [...] Quando vi pela primeira vez a imagem de

Doris Day não consegui me reconhecer naquela mulher loira e muito mais velha do que eu, uma menina magrinha cujos cabelos crespos estavam sempre presos. [...] Na adolescência, cheguei a imaginar se aceitaria melhor caso me chamassem Macabéa, pois sendo filha de um migrante do sertão das Alagoas, nascida na periferia do Rio de Janeiro, para além das origens geográficas, culturais, etimológicas ou hegemônicas eu teria a protagonista de uma bela narrativa, que tem a subalternidade como eixo, servindo de musa inspiradora para o meu batismo. Ou seria uma antimusa? [...] (Barros, 2012, pp.126-127).

Analisando esse trecho de memórias da autora, identificamos aspectos históricos, sociais, culturais da época e do local. Os tais elementos comuns, enumerados por Munanga, que estão presentes no processo de formação da identidade coletiva.

A construção da identidade do Brasil como nação aconteceu de forma complexa e também contraditória, partindo de perspectiva homogênea com base na ideologia do branqueamento. Uma perspectiva eurocêntrica tendo como referência a religião católica vinda da cultura europeia, simbolizando a supremacia na construção de uma nação solidificada que por sua vez exerceu influência decisiva na cultura religiosa do país.

Diante disso, entende-se a necessidade de uma maior compreensão do contexto sócio-histórico e cultural das religiões de matriz africana no Brasil, considerando o processo de constituição de identidades étnico-raciais que não se restringiram ao passado reconstituindo a construção da identidade nacional brasileira. A escritora Beatriz Moreira Costa, mais conhecida como Mãe Beata de Iemanjá, nos diz, nas entrelinhas, do trecho em que relata o seu nascimento no seu livro de contos, “Caroço de Dendê” (1987), que a identidade individual se processa no interior da realidade ao longo da vida da pessoa nas suas relações sociais. Assim:

Minha mãe chamava-se do Carmo, Maria do Carmo. Ela tinha muita vontade de ter uma filha. Um dia, ela engravidou. Acontece que, num desses dias, deu vontade nela de comer peixe de água doce. Minha mãe estava com fome e disse: 'Já que não tem nada aqui, vou para o rio pescar.' Ela foi para o rio e, quando estava dentro d'água pescando, a bolsa estourou. Ela saiu correndo, me segurando, que eu já estava nascendo. E eu nasci numa encruzilhada.

Tia Afalá, uma velha africana que era parteira do engenho, nos levou, minha mãe e eu, para casa e disse que ela tinha visto que eu era filha de

Exu e Yemanjá. Isso foi no dia 20 de janeiro de 1931. Assim foi o meu nascimento (2024, portal literafro).

Desse modo pode-se dizer que memória e identidade estão articuladas e, através da narrativa, é possível uma reorganização das experiências. A partir do momento em que existe uma seleção de acontecimentos, lugares, pessoas compostas na narrativa percebe-se a intenção da autora ou autor em informar como quer ser visto pelos outros. No tempo presente é relatado o passado que será lido e interpretado futuramente em visões de mundo diferentes sendo assim perpetuado. Assim a produção literária se apresenta carregada de referências existenciais positivas, porque real, e nas contradições de narrativas desafiando a escrita. Marcello faz comentário neste sentido:

Eu verso buakamukua tem influência direta das referências de lideranças que tenho recebido na minha existência e nas contradições que são recorrentes nas diferentes narrativas acerca do descobrimento e desenvolvimento do Brasil. Essas contradições sempre me sufocaram...! Esta obra tem me ensinado muito. Consegui ousar, respirar através dos poemas e desabafar mitos, origens, verdades não ditas, que precisavam ter espaço e visibilidade histórica. Para mim, este foi um trabalho bastante desafiador. Costumo dizer que precisamos ser aprendizes de nossas próprias criações! (Marcello, 2013, Contracapa do livro "Eu Verso Buakamukua").

Assim, as memórias podem ser vistas como construção social. Segundo a pesquisadora, Vilma Lemos (2014), embasada em Halbwachs, (1990), o pensamento individual é sustentado no coletivo, a memória individual é entendida como um ponto de vista sobre a memória coletiva. Fazendo referência às escritoras negras, ao contarem suas histórias individuais refletem um contexto histórico coletivo. As memórias de acontecimentos passados podem confirmar uma conscientização dos direitos negados, ao mesmo tempo que demonstra como exerceram influências na nova percepção de pertencimento. Barros faz uma ilustração nesse sentido:

Nas viagens de trem que eu fazia com minha trupe do subúrbio ao centro da cidade do Rio de Janeiro para visitar exposições, assistir a espetáculos musicais e teatrais gratuitos, quando passávamos em frente ao imponente prédio de uma Universidade pública me sentia invadida pelo desejo de um dia voltar a estudar. E ao mesmo tempo, pela sensação de

impossibilidade em alcançar o que parecia um vislumbre, miragem, devaneio, porque algo implicitamente me fazia ver aquele templo do saber como lugar inacessível. Comecei a perceber que, assim como na infância, deveria procurar dentro do silêncio algumas respostas: nos não ditos, no velado, no implícito. Naquele exato momento, eu estava indo ao encontro de lugares que igualmente não haviam sido idealizados e concretizados para o usufruto de pessoas como eu (Barros, 2012, p.135).

Acredito que ao construir a identidade cultural afrodescendente pode ou deve, de certa forma, ter uma passagem pelas religiões afro-brasileiras tendo em vista a recuperação de nova identidade social e cultural para os afrodescendentes brasileiros. Não significando uma participação geral dos afrodescendentes em religião de matriz africana, porém, que todos os brasileiros conheçam e passem a respeitar dando importância ao que significa as religiões afro na formação da cultura brasileira. É preciso também respeitar aqueles que participam, entendendo que a religião tem também função na formação de suas identidades culturais.

A escritora, pondera sobre o empobrecimento da experiência social quando há uma interrupção do fluxo das memórias oriundas da ancestralidade africana. "A compreensão do mundo é muito mais do que a compreensão ocidental do mundo" (Santos, 2008, apud Barros, 2012). Isso impossibilita a identificação de formas variadas de sociabilidades, de produzir e disseminar saberes. Os saberes que hoje são compartilhados por Barros vem de influências de situações passadas:

A curiosidade própria da infância trazia o desejo de explorar outros espaços e possibilidades, me levando a cruzar o terreiro de umbanda de minha tia-avó, Maria de Jesus, que ficava nos fundos do quintal e dava acesso a um terreno baldio. Enquanto corria de uma porta a outra para alcançar a saída e chegar ao terreno vizinho para brincar, olhava de soslaio o altar dos santos. Não sabia se corria de medo de levar uma surra de mamãe - de correia ou de "espada de São Jorge -, ou se daquelas imagens sacras das quais eu pouco sabia ou entendia, tampouco dos rituais que aconteciam naquele lugar e dos quais eu só ouvia de longe os sons dos tambores e os cânticos. [...] "Para parte da família, os ritos afro-brasileiros eram proibidos e eu estava vinculada ao lado familiar que reprovava aquelas práticas ritualísticas. E, provavelmente, o silêncio que surgiria no momento de esclarecer não se faria presente na hora de recriminar (Idem).

Para ela, as práticas ritualísticas tinham base em princípios disponíveis apenas nas palavras dos mais experientes impostas nos limites dos espaços interditados. Mas tinha a lembrança do odor da fumaça do defumador espalhado pela casa por sua avó, a vaga lembrança do quadro de Iemanjá pendurado na parede da sala da casa onde morava, o sumiço do quadro após o ingresso da avó materna a igreja neopentecostal sendo substituído por outros símbolos: hinários, bíblias, orações e cânticos evangélicos, abandonando e rejeitando as antigas práticas e formas de compreensão do sagrado inerentes do terreiro da família. Para ela, acompanhar os acontecimentos cotidianos trazia à tona várias questões para as quais ainda buscava respostas, "me perguntando se a curiosidade de pesquisadora não começou nesses tempos de afeto, em que as dúvidas eram maiores do que a capacidade de ficar em silêncio" (*Idem*, 2012).

A memória de um contexto machista e socialmente desigual, deixa transparecer na narrativa o tom crítico denotando que os acontecimentos passados contribuíram para a construção de uma identidade própria. Mãe Beata com muita simplicidade faz o relato que segue:

Eu só tenho o terceiro ano primário. Sempre quis estudar, mas meu pai achava que mulher não podia aprender a escrever muito para não escrever cartas de amor. Saí da escola, que na verdade, não era bem uma escola. Naquela época, no interior da Bahia, as filhas dos coronéis iam para Salvador, faziam um curso por lá e voltavam professoras. Elas eram a escola. Não tinha mais essas aulas, mas lia nos almanaques que vinham no Biotônico Fontoura e lia tudo o que podia. Escrever também escrevia. Com carvão, com pedra de cal, com varinha na areia. Acho que foi assim que me tornei escritora. Mas isso eu me tornei. Predestinada mesmo estava era para ser Ialorixá. Esse era meu Odu (Iemanjá, 2007).

Colocar essas narrativas de memórias de escritoras negras da Baixada Fluminense, à luz de alguns conceitos ou teorias, teve a intenção de mostrar algumas experiências de suas vidas que certamente exerceram influências na construção identitária das mesmas. Processos que, segundo Munanga, são inacabados e tendem sempre a buscar uma nova consciência da realidade, partindo de algum lugar e se expandindo socialmente.

Para Barros, ao revisitar memórias da infância vivida na Baixada Fluminense, a fez tornar a ordenar seu olhar acerca da própria história, agora à luz de teorias nas leituras, cursos de formação, dialogando com estudiosos da sociedade brasileira e da

cultura africana. "Todo conhecimento é interconhecimento, é reconhecimento, é autoconhecimento" (Santos, 2010, apud Barros, 2012). As práticas cotidianas surgiram nos elementos de origens ancestrais afro-brasileiras ocultadas e, por conta disso, não são consideradas. A sua nova consciência diz que:

Todos os dias, quando saía de casa para a escola, para trás ficavam o chão do terreiro, o xarope feito de ervas para curar a bronquite do meu irmão cuja receita fora aprendida por mamãe com suas comadres, o cheiro do defumador que minha avó espalhava pela casa e o pedido de benção aos mais velhos. Hoje compreendo que tais práticas remetem a princípios africanos como a transmissão de conhecimentos de geração por meio da oralidade, o respeito aos mais velhos e aos ancestrais por reconhecê-los como pessoas mais experientes e possuidores de sabedoria, a utilização das ervas e demais recursos da natureza para garantir o bem-estar humano assegurando também o equilíbrio e a preservação do planeta (Barros, 2012, p.146).

Podemos entender que identidade é tudo aquilo que percebemos individualmente e coletivamente de nós mesmos e das outras pessoas. São características que nos fazem ser entendidos como indivíduos, principalmente, que compõem um coletivo. Uma identidade que resulta de uma construção social e individual, das interações estabelecidas no meio sociocultural, tendo como base as imagens que são construídas pelo próprio sujeito, sobre si partindo do próprio olhar, mas também do olhar do outro. É nessa perspectiva que indivíduos e grupos procuram a inclusão e o reconhecimento das próprias histórias e memórias.

2.2. Contribuindo na luta contra o racismo

Meu nome não é Maria, mas tenho dom, força e magia. Meu nome começa com a letra D, assim como certas palavras que me acompanham ao longo da vida: desafio, doação, determinação, que a dor já está embutida: Dóris. Segundo fontes que consultei, sua origem grega significa ofertar, no meu caso acho que às vezes até mais do que o possível. Faço minhas as indagações do poeta: "Sabe lá o que é não ter e ter de ter pra dar? Sabe lá?". "Sabendo ou não, a gente faz assim mesmo [...]" (Barros, 2012, p.126).

Segundo o professor e pesquisador, Amauri Mendes Pereira, "Não existe uma cultura negra fora e acima das lutas sociais e políticas da população negra", que é preciso "priorizar ações políticas que envolvem e com as quais se envolve a população negra". Destaca que "as lutas da população negra, no Brasil, constituem um fato cultural e fator de cultura, não só para si, mas de enriquecimento da cultura do povo brasileiro" (2007, p.16).

Ainda existe uma negação dos negros e, sobretudo das mulheres negras como sujeitos políticos, que desconsidera a discussão da igualdade de direitos e do direito a diferença, "o que acaba revelando as diversas formas de exploração e opressão a que estão submetidos nesse profundo processo" (Castro, 1999, p.23).

A Baixada Fluminense é uma região estigmatizada. É residência de jovens negros e pobres. São filhas e filhos de trabalhadoras e trabalhadores que, de forma desumana, são excluídos e discriminados, "lugar onde a criação de estereótipos e preconceitos estão presentes em todos os espaços" (Dupret, 2008, apud Barros, 2012,).

As estratégias que controlam e mantêm as estruturas excludentes não impedem que os marginalizados(as) atuem na promoção de mudanças das realidades às quais estão inseridos(as). Uma realidade na qual os excluídos e marginalizados querem o direito de ser, o direito de serem respeitados nas suas escolhas. Assim, mãe Beata fala o porquê da sua luta:

Eu luto para que tenham respeito. Eu não quero tolerância, odeio essa palavra tolerância. Nós não deveríamos dar direito a ninguém de falar essa tolerância. Quero respeito. Eu quero ser o que eu sou, eu quero ser verdadeira. Me respeite. Eu sou uma mulher negra e eu sou Ialorixá do candomblé, das religiões tradicionais. Me respeite, respeita a mim e a meu povo (Iemanjá, 2017, para istoe.com.br).

Acompanhamos recentemente alguns protestos nas ruas contra o racismo no Brasil inspirados em mobilizações internacionais, como os contra o assassinato de George Floyd, um negro morto por um policial branco nos Estados Unidos, por exemplo. A palavra de ordem 'Vidas negras importam', desencadeou discussões acerca do assunto. A mídia vem pautando os casos frequentes de violência policial principalmente contra a juventude negra (João Pedro, Ágatha Félix, Vitor Henrique e outros). Os dados do Mapa da Violência²⁰ mostram que um jovem negro é morto a cada 23 minutos no Brasil. E a luta contra o racismo também virou pauta no país contra as desigualdades.

A história nos mostra que os movimentos negros já vêm denunciando o racismo desde o período da escravidão (rebeliões de escravos, formação de quilombos e outros), entendendo movimento negro como diferentes ações de pessoas negras que lutaram e lutam por sobrevivência e garantia de direitos. A formalização se deu em 1931, com a Frente Negra Brasileira (FNB),²¹ levantando bandeiras como denúncias a segregação racial, a dissimulada abolição e a quase inexistente integração dos negros na sociedade.

Desde sempre, como fizeram nossos ancestrais, a luta por direitos básicos para a vida nas cidades periféricas e favelas é histórica, reivindicando justiça e direitos iguais. É uma luta que precisa ser diária e não apenas quando acontecem atos de violência como uma criança ser executada ou um jovem ser asfixiado pela polícia.

É importante entender que o racismo só será superado no combate a sua naturalização que se faz presente no cotidiano. Esse combate pode acontecer de várias maneiras e pode ser aprendido na resistência da juventude, na valorização da nossa cultura, nas práticas religiosas, com experiências das mulheres, sobretudo, nas periféricas.

Na Baixada Fluminense, as mulheres negras escritoras têm em comum a experiência de produzir literariamente, de transmitir através do livro toda a sua vivência e identificação como autora e mulher negra, mas se diferenciam em algumas formas e

²⁰ www.ipea.gov.br

²¹ Frente Negra Brasileira: Criada em outubro de 1931 na cidade de São Paulo, foi uma das primeiras organizações do século XX a exigir igualdade de direitos e participação dos negros na sociedade brasileira. Liderada por Arlindo Veiga dos Santos, José Correia Leite e outros, desenvolvia diversas atividades política, cultural e educacional para os seus associados como palestras, seminários, cursos de alfabetização, oficinas de costura e ainda promovia festivais de música (ipeafro.org.br).

espaços de atuação e de luta. Isso porque, além dos momentos de manifestações de protestos e reivindicações populares e encontros, nos debates, entrevistas, intercâmbios de saberes, rodas de conversas e palestras, elas oportunizam os momentos e lugares próprios (profissão, religião, etc) de atuação individual para a conscientização de uma coletividade. Ou seja, as lutas dessas mulheres contra o racismo se apresentam, também, nos desafios dos espaços cotidianos como no Terreiro de Candomblé, na escola pública, Secretaria Municipal de Assistência Social e outros. A partir de suas práticas específicas tornam-se referências para um público, principalmente, às mulheres negras, que certamente tiveram suas identidades negadas.

Mãe Beata de Iemanjá, que além de escritora, era artesã, Ialorixá, ativista dos direitos humanos, se referia a casa onde morava como um espaço dos Orixás e não dela. Uma casa das árvores sagradas, do ar, da chuva, dos pássaros. Mas também um lugar de acolhimento: do homossexual desrespeitado, da mulher quando o marido não a reconhece como uma mulher e mãe, do soropositivo jogado na sarjeta, das crianças abandonadas sem direitos, daqueles que não têm um hospital decente e humanitário. A partir da preocupação com essas categorias, ela desenvolveu trabalhos relativos à defesa e preservação do meio ambiente, aos direitos humanos, à educação, à saúde, combate ao sexismo e, como não poderia deixar de fora, de combate ao racismo.

É importante entender a responsabilidade que temos do nosso imaginário, da proteção também dos conteúdos que são passados pra gente, da filtragem, do que é passado pra gente, do que é produzido para nos fazer sentir ou pra nos fazer pensar. É preciso se responsabilizar pela desconstrução desse imaginário. Além da mídia, o racismo também é um dos grandes responsáveis pelo imaginário perverso que impede que as pessoas consigam compreender direitos humanos realmente para todos (Marcello, 2021, Canal YouTube, Líquens).

Dayse Marcello, além de escritora, é psicóloga, assessora técnica de gestão pública, consultora e analista de projetos, blogueira (blog "África Brasil Identidades Positivas") e coordenadora de Direitos Humanos da Secretaria Municipal de Assistência Social de Nova Iguaçu. Para falar sobre o tema: Imaginário dos direitos humanos, ela ressaltava a importância de perpassar nos bastidores dos direitos humanos e faz uma comparação com um dos poemas do seu livro "Eu Verso Buakamukua" (livro que tem a

proposta de fazer um resgate de palavras que são originalmente brasileiras, mas foram criadas dentro de uma raiz africana e incorporada ao português do Brasil). "Pipa Voada", um poema que, segundo a autora, trata a questão da escola e das distrações que os alunos enfrentam frente ao processo de educação e a escolarização. O imaginário da pipa voada e que voou da escola para outro lugar interfere para a visão do que precisa ser visto e que é preciso entender o processo que nos faz voar para um outro lugar.

A pipa está "voada"!
Conceição pega o menino correndo
à beira da estrada.
A pipa voa e cai no galho da
árvore
O garoto que ia pra escola
puxa a linha e segura a pipa pela
rabiola.

A pipa que voava
voada
Correndo estradas e caindo
em galhos
É remendada e gentilmente
enfeitada.
E o menino agora
crescido
Onde está o
menino?
Deu linha na
pipa! (Marcello, 2013,
p.26).

Ela nos lembra do passado histórico do Brasil de cicatrizes, dores, sangue derramado no chão, de escravatura, muita tortura e estupros. Um passado que não pode ser esquecido uma vez que toda a geração que participou desse cenário de hostilidades, ódio e maus tratos está no presente. Mais que isso, estão aqui as duas gerações, a do opressor e a do oprimido. O sangue continua a caminhar, mas somos levados a esquecer ou tratar como se não tivesse acontecido. É como sentir uma dor física que já está

acostumado a sentir e depois de alguns minutos tomar um remédio paliativo porque a vida anda.

Ressalta que essa reação imediata a faz pensar no Brasil e seu passado de dor, nas estratégias produzidas e, assim, reproduzidas para que essa dor não seja sentida, a voz não seja ouvida, a existência não seja perpetuada. É o que chamamos de invisibilidade.

Minha atuação como pedagoga na rede pública de ensino na mesma periferia onde nasci e cresci me coloca cotidianamente no contato com crianças e adolescentes vivendo processos muito semelhantes aos que conservo em minhas memórias. No movimento dos conhecimentos partilhados com outras educadoras e educadores fomentamos a reflexão constante sobre nossos saberes e fazeres com esse público-alvo que nos desafia (Barros, 2021, p.143).

Dóris Barros, além de escritora, é pedagoga na rede pública de ensino. Ela entende que por conta da complexidade crescente da dinâmica social, é necessária a aquisição de conhecimentos teórico-metodológicos para melhor compreensão do processo pedagógico e suas articulações com a sociedade.

Sobre as Leis 10.639/03 (ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira nos currículos escolares) e a 11.645/08 (ensino dos conhecimentos indígenas), fala dos desafios a serem alcançados como currículos mais afinados com a diversidade da nossa sociedade. Que as demandas de sua profissão requerem maior participação formativa na tentativa de preencher as lacunas acadêmicas que interferem na compreensão de questões ligadas à África e sua presença na História e cultural da nossa sociedade. Um profundo estudo desse continente complexo, culturalmente rico, diversificado e muito afetado pela colonização.

Podemos Entender aqui, que a luta contra o racismo deve ser diária podendo se manifestar de diferentes formas em diversos espaços culturais, pedagógicos e políticos envolvendo organizações e coletivos, principalmente, das periferias, lugar das lutas por saúde, educação, moradia, dos movimentos de mulheres, em sua maioria negras, mas sem deixar de aproveitar os espaços e momentos que surgem no contato cotidiano com a realidade.

O dever de lutar por direitos da população negra não deveria ser uma responsabilidade apenas desses movimentos, mas de toda a sociedade. As pessoas mais

afetadas precisam ter a possibilidade de se expressarem sobre o que é mais interessante para elas. Essa possibilidade é dada no chão da escola que Dóris Barros trabalha, onde procura junto com educadoras e educadores aplicar uma metodologia abrangente a comunidade, no consultório de psicologia e nos espaços de debates sobre direitos humanos criados por Dayse Marcello, no terreiro de Candomblé que atuou Mãe Beata de Iemanjá.

2.3. Na luta contra o mercado editorial

Nas reflexões sobre mercado editorial brasileiro e literatura negra entendo que é fundamental considerar a complexidade econômica, ideológica, política e histórica não só no campo da literatura, mas da edição de livros.

Historicamente existe uma diversidade de relações perpassando os campos das artes, da literatura e do mercado. Artistas e literatos passaram pela sujeição de patrocinadores e propósitos de patronos e mecenas até o século XVII, se abrindo posteriormente a uma arte atrelada à economia mercantil. Ou seja, a transformação da arte em mercadoria de consumo. Os valores estéticos, econômicos e políticos decidem ou não a publicação de uma obra.

Atualmente as discussões teóricas e literárias se abrem para reflexões dos elementos ideológicos, econômicos, políticos, sociais e históricos que tendem a definir critérios para atribuição de valor literário e estético de uma obra. São valores mutáveis historicamente, que se relacionam às determinações e ideologias de um determinado período, que se referem a preferências individuais, mas sobretudo, de grupos sociais que exercem e mantêm o poder sobre outros.

Na contramão dos ditames do mercado, tentando fugir do determinismo, existem as pequenas editoras que vêm encontrando os próprios espaços de criação e expansão. Sobre isso a pesquisadora Camila Marchesan Cargnelutti (2019), com base na concepção de Luciana di Leone (2014), destaca dois tipos de pequenas editoras:

As editoras que buscam brechas e espaços ainda não ocupados pelos grandes grupos editoriais - não necessariamente possuindo uma posição estética definida, mas construindo suas estratégias de publicação e edição a partir da ocupação desse nicho de mercado; e aquelas que focam em um projeto estético e de circulação bem definido. A partir desses dois tipos mais gerais, existem inúmeras misturas, formando pequenas editoras nacionais (Leone, 2014, p.74 apud Cargnelutti, 2019, p.3).

No Brasil a editora Malê, por exemplo, tem configuração de uma editora pequena, constituída num misto dos dois tipos, possibilitando publicação de textos literários em língua portuguesa, escritos por autores e autoras negros / as brasileiros, africanos e da diáspora, em vários gêneros: conto, poesia, romance, crônica, ensaio, crítica textual e

roteiro, segundo Cargnelutti. A pesquisadora revela que simultâneo a isso, o surgimento da Malê se deu por conta da percepção de um nicho de mercado editorial que tinha dificuldade de encontrar livros de autores / as negros em circulação. Então, em 2016 surge a editora definida como uma editora que tem o objetivo de colaborar na ampliação da diversidade do mercado editorial brasileiro, garantindo a visibilidade, assessoramento editorial e obras com design, produção gráfica e impressão de qualidade.

As editoras pequenas podem ser compreendidas como independentes, porém não significando que estão à parte das leis que regem o mercado, a economia e a sociedade como um todo. Ou seja, podem ser independentes em relação aos grandes conglomerados editoriais, e de certa forma ao mercado; independentes de um processo de globalização cultural visando à homogeneização; independentes de uma imagem do outro previamente determinada e fixa; e independentes perante a mesmice de publicações semelhantes.

Na verdade é uma independência em algum grau, adverte a pesquisadora, salientando que não devemos esquecer que as pequenas editoras também estão inseridas no mercado, em algum grau, como as editoras que compõem grandes conglomerados, e precisam de vendas, público, consumidores, publicidades etc.

Analisando essas informações sobre como funciona o mercado editorial, percebe-se que historicamente as determinações do mercado, que sempre esteve aliado com a elite do poder, social, econômico, político etc, vem na verdade construindo barreiras, disfarçadas de critérios, sempre intencionando privilegiar os grupos de interesse e invisibilizar as criações literárias libertadoras que têm como objetivo a conscientização histórica, política e social da população.

Diante disso, como fica a situação das escritoras negras periféricas, da Baixada Fluminense, por exemplo? É preciso ter um olhar mais atento para encontrar as escritoras negras na Baixada Fluminense. Ao longo da história a mulher teve vários espaços negados para que cumprisse o seu papel determinado pela sociedade patriarcal. Sempre colocada em condição de inferioridade em relação ao homem, muita coisa a mulher não podia executar, como trabalhar fora de casa, estudar e nem de longe pensar em envolver-se nos assuntos relevantes ao mundo intelectual como economia, política e outros. Esteve sempre à sombra do homem nas questões sociais, culturais e também

artísticas, objeto e nunca sujeito do discurso, tendo na literatura uma participação apenas como personagem e do ponto de vista masculino.

Esse histórico até hoje reflete no mercado literário. Muitas têm conseguido exercer a arte das letras, mas o número de mulheres é bem reduzido nesse setor ainda dominado pelos homens. Quando se trata das mulheres negras, a luta é bem maior, e das mulheres negras da Baixada Fluminense, uma região periférica, a luta é muito maior!

Pesquisando o histórico de algumas escritoras negras da Baixada Fluminense descobri que cada uma delas trilhou circunstancialmente por caminhos diferentes tanto na produção literária como nas possibilidades de publicação. Elas ainda trilham porque o entendimento é de que a luta é desafiadora e contínua. Os espaços alternativos são os mais utilizados para divulgação de suas criações.

Segundo Elisabete Nascimento, escritora negra da Baixada Fluminense, o mercado editorial é uma relação de poder. Mesmo produzindo e demonstrando talento, não é suficiente para obter visibilidade. Para ela, essa postura engessada e opressora do mercado, ao não publicar produções literárias negras, contribui para eliminação de percepções, "eliminam-se percepções de mundo, percepções de vidas, divergências, contestações, reivindicações. Essa perversão do mercado editorial racista, do Estado racista, é a eliminação do gozo ficcional". (2021, Canal de YouTube-A Caixa Colorida de Pandora). Diante dessa situação só resta a iniciativa individual na busca da sua visibilidade tentando superar a censura branca que, segundo a escritora, corrói os discursos de narrativas negras em determinado tempo e lugar como na Ditadura Militar, exemplifica. Mas ressalta que não é a censura que vai conseguir silenciar a insurgência, restando, dessa forma, iniciativas próprias como abrir editora para se publicar e publicar outras escritoras, outras companheiras e companheiros.

A escritora Elisabete Nascimento, não faz parte do seleto grupo de escritoras negras que protagonizam este trabalho, mas assistindo uma roda de conversar sobre escritoras negras e os desafios frente ao mercado editorial resolvi considerar algumas de suas informações referente a difícil relação da literatura negra e mercado editorial, já que ela é da Baixada Fluminense e suas experiências desafiadoras nessa questão não se difere das outras escritoras dessa região.

3: Escritoras Negras da Baixada Fluminense Escrevendo na Luta Contra o Racismo

A luta das mulheres negras no enfrentamento ao racismo estrutural diz muito sobre a função social, cultural, econômica e histórica que essas mulheres exercem na formação do Brasil. A Baixada Fluminense é território de lutas cotidianas, em que as mulheres negras somam a maioria no número de moradores (dmj.racial, 2020). Elas são chefes de família, trabalhadoras, lideranças comunitárias e agentes de transformação em suas famílias e vizinhança.

Para o grupo de mulheres negras pesquisadoras (radarsaudefavela, 2024) já citado aqui, a condição de sobrevivência é uma pauta urgente para se pensar a emancipação pessoal e coletiva para e com mulheres negras. Destaca que a rua sempre foi o espaço da negritude exercer sua construção de liberdade, desde o período da escravidão, como também espaço de trabalho. Quituteiras, lavadeiras e rezadeiras são retratadas como sempre presentes na rua. E hoje as mulheres negras continuam nas ruas levantando suas vozes contra o racismo, o machismo, o sexismo e contra a violência. A liderança dessas mulheres continua inspirando a luta na Baixada Fluminense.

Existe uma relação unificadora entre passado, presente e futuro dando constância à luta por libertação da população negra periférica. Numa relação desigual as mulheres negras sempre estiveram na base da pirâmide, inclusive quando se refere ao lugar social do homem negro, mas são elas que movimentam e promovem mudanças nas estruturas. As pesquisadoras destacam que por isso as últimas três décadas têm levantado pautas de gênero e raça colocando as mazelas produzidas pelo racismo e machismo evidentes para toda a sociedade, mostrando uma falsa construção de democracia racial no Brasil, sempre inexistente, mascarando a garantia dos direitos previstos na Constituição Brasileira. A luta das mulheres no século 21 tem incomodado muito.

Rodrigues e Florentino, com base em pesquisas feitas pelos movimentos sociais, apontam que as mulheres negras são as principais defensoras dos direitos humanos e sendo a maior parcela populacional na Baixada Fluminense, perpetuam um legado no front dos combates (2020). Diariamente estão nos pontos de ônibus, nas lojas do comércio, no movimento das ambulantes, nas escolas e outros espaços coletivos, trabalhando e protagonizando a vida urbana. As pesquisadoras questionam, “quantas

dessas mulheres conhecem a memória das lutas de outras mulheres que vieram abrindo caminhos para que elas estivessem ali?”

Elas ainda questionam como estão as mulheres negras da Baixada Fluminense invisibilizadas pelas estruturas racistas. Destacam que as lutas protagonizadas pelas redes de mães e familiares de vítimas da violência do Estado são importantes exemplos de movimentos sociais liderados por mulheres negras que enfrentam o racismo institucional, denunciando as diferentes faces da violência do Estado e seguindo na construção da justiça racial ultrapassando os limites das instituições governamentais.

E nessa luta por visibilidade se faz presente a reação do povo negro frente a exclusão nos meios intelectuais e apontando a literatura negra não só como afirmação identitária, mas uma forma de reivindicação de cidadania. Diante das discussões em torno da legitimidade da literatura negra, uma produção escrita marcada por uma subjetividade que, segundo Conceição Evaristo, é “construída , experimentada, vivenciada a partir da condição de homens negros e de mulheres negras na sociedade brasileira” (2009), afirma-se não só a existência dessa literatura, como de uma vertente negra feminina.

A Baixada Fluminense é palco de lutas e de diversidade artística, como bem disse o professor Luís Alberto Bruno, da música, audiovisual, artes plásticas, teatro, literatura e outras. Como moradora da região percebo que em sua maioria elas acontecem por iniciativa de quem produz. Mulheres e homens que expressando talentos demonstram sentimentos diversos. E nessa complexidade a cultura afro-brasileira se faz presente, ainda mais criativa porque é necessária. A literatura negra, por exemplo, apresenta uma criatividade em produzir uma escrita com a cara da Baixada.

Importante o que diz a escritora negra da Baixada Fluminense Lu Ain Zaila. Para ela, a dimensão de produzir literatura e de compreender a importância dela no próprio processo , dentro da Baixada, é mostrar que se pode escrever histórias com protagonistas que estão do seu lado (2021). A autora enfatiza que:

[...]a empregada doméstica, a pessoa que trabalha todo dia, e que estas pessoas são protagonistas de uma história, que elas existem, que nossa humanidade precisa ser respeitada[...] (Podcasts - Minas da Baixada, 2021)

Desse modo podemos entender uma produção literária realmente com a cara da Baixada. A autora parte ainda do questionamento, de como seria escrever literatura do nosso lugar, “da centralidade do lugar onde as pessoas vivem” (Ibid, 2021)

Lu Ain Zaila, é pedagoga e escritora afrofuturista²² / sankofista²³ e ativista social de Nova Iguaçu. Graduada pela UERJ, licenciada em Formação de Professores para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental para crianças, jovens e adultos e tem Bacharelado em Pedagogia nas Instituições e nos Movimentos Sociais. Costuma inserir em suas obras referências afrofuturísticas, saberes ancestrais africanos no subgênero da ficção científica, cyberfunk. Em seus contos, entre outros temas, ela coloca a cultura africana, trazendo os costumes e resgatando o elo perdido nas diásporas no processo colonial (2020, literafro) São obras como Duologia Brasil 2408 - (In) Verdades e (R)evolução (2016-2017), Sankofia (2018) e Ìségún (2019), contos em antologias e pesquisas sobre educação e literatura (2019)²⁴ Lu Ain Zaila se tornou escritora, segundo ela, escrevendo e pesquisando sobre o que queria criar, imaginando cenários e insistindo na escrita para ir se aprimorando.

Além da Lu Ain Zaila, existem outras escritoras negras na Baixada Fluminense, mas para encontrá-las é preciso fazer uma busca insistente na internet, em sites específicos ou redes sociais. Elisabete Nascimento reforça essa realidade quando diz que as vozes sempre existiram e que o problema está na escuta. Assim, quando fazemos algumas buscas encontramos informações acerca dessas produtoras literárias. É importante salientar que a visibilidade dessas mulheres e suas escritas se apresenta dependendo de circunstâncias diferenciadas. Às vezes são visíveis apenas para os mais

²² Afrofuturista: O termo foi usado pela primeira vez em 1994, no ensaio “Black to the Future”, por meio de entrevistas realizadas com intelectuais negros da época: Samuel Delany, Greg Tate e Trícia Rose. O ensaio questiona o motivo do baixo número de ficção científica produzida por autores negros. (treediversidade.com.br, 2021). É um movimento cultural, estético e político que se manifesta no campo da literatura, do cinema, da fotografia, da moda, da arte, da música, partindo da perspectiva negra, utilizando elementos da ficção científica e da fantasia criando narrativas de protagonismo negro, por meio da celebração de sua identidade, ancestralidade e história (www.academia.org.br, 2020)

²³ Sankofia tá: Símbolo representado por um pássaro mítico ou um coração estilizado. Representa a volta para adquirir conhecimentos do passado e a sabedoria. O pássaro possui os pés firmes no chão e a cabeça virada para trás, segurando o ovo com o bico. O ovo significa o passado, e o pássaro voa para frente, simbolizando que o passado ficou para trás, mas não será esquecido. Ou seja, É um símbolo de resistência, de origem africana trazida para o Brasil na época colonial, quando negros eram escravizados. Símbolo de lembrança da história afro-americana e afro-brasileira. Recordando os erros do passado para não serem repetidos no futuro (segredosdomundo.r7.com, 2021).

²⁴ Matéria da Revista Literária Pixé (2019).

próximos, e outras vezes por consequências de oportunidades que surgem considerando a trajetória de militância e / ou ativismo de cada uma, levando-as a ampliar os espaços de divulgação de suas produções e possibilitar algumas publicações junto às pequenas e específicas editoras.

Outros exemplos: Elisabete Nascimento, já citada aqui, é de São João de Meriti, formada em Letras, especializada em História da África e Literatura infanto-juvenil, mestre em Semiologia e doutora em Ciências da Literatura. A escritora é natural de Barros Filho, periferia do Rio de Janeiro, localizada entre o Morro do Chapadão e o Morro da Lagartixa. Aos 4 anos, a situação de pobreza da família a levou para o município de São João de Meriti, Baixada Fluminense, lugar onde Nascimento permanece. Ela diz ter herdado a escrita Literária, da mãe, contadora de histórias, e do pai, as letras de samba canção, segundo Silva (2020). Nascimento tem como produção literária: Exu no Paço Imperial (2007); Diário de Bordo do Almirante Negro (2011); Contos Pro(L)ibidos (2010); Os Sapatos de Té (2015); Ciranda de Meninos (2015); Luíza e Babi e o Mistério do Lago de Onira (2018); Máscara de Flandes: em fragmentos (2018); Abayomi: minha amiga imaginária (2019); e Amor de Abiku: Epifania em um espelho estilhaçado de enigmas (2019), segundo Silva (2020).

Ana Paula Monteiro, de Nilópolis, graduada em Pedagogia, Especialista em Educação Infantil, Educação Especial e Gestão Escolar. Psicopedagoga Clínica e Institucional, é Professora dos segmentos de educação infantil, nos anos iniciais e formação de professores. Mestre e doutoranda em educação. Escritora de livros infanto juvenil dentre eles, O menino que empinava pipas, Ayana e brincadeiras (Gente Jovem Educacional, 2025).

Anedilei, nascida em Duque de Caxias, mas criada em Belford Roxo, é poeta, produtora, atriz, artista plástica, idealizadora do Sarau dazamiga (Promovia escrita de mulheres na periferia). Atualmente produz o podcast Tráfico Poesia. Foi transitando pelas favelas do Rio de Janeiro que Anedilei vivenciou a cultura de rua, grande referência para seus trabalhos artísticos. Elas são outros exemplos que poderiam estar protagonizando e ilustrando a pesquisa, também com suas histórias de vidas e suas produções literárias.

Inez de Paula, Pedagoga, Educadora Infantil, Mediadora de Leitura, trabalha numa escola municipal em Duque de Caxias como assistente de alfabetização e contadora de

histórias voluntária em biblioteca. Desenvolve projeto de mediação de leitura ministrando oficinas para professores mediadores de leitura. Autora do livro infantil “Uma Delícia Sujar as Mãos de Terra”.

Acrescento Yasmim Thayná, nasceu em m Nova Iguaçu, e cresceu na Vila Iguaçuana, Santa Rita. É cineasta, escreve desde os 16 anos, foi roteirista e diretora do curta-metragem Kbela (2015). Esse filme recebeu o prêmio de Melhor Curta-metragem da Diáspora Africana da Academia Africana de Cinema (AMAA Awards 2017).

Interessante destacar algumas mulheres negras da Baixada que utilizam o rap como instrumento de contação de suas próprias histórias:

Lavínia Gabrielle Ferreira Leite, 23 anos, nascida e criada em Nilópolis, começou aos 11 anos a fazer suas próprias letras e ritmos, inspirada pelo pai, cantor e compositor da escola de samba Beija Flor de Nilópolis. Iniciou sua carreira no Hip Hop aos 19 anos

Carolina Lopes, 25 anos, nasceu em São João de Meriti. Iniciou a carreira aos 17 anos como intérprete e vocalista no grupo Expresso Central, com influências da música black, seguindo carreira solo e participando de muitos trabalhos ao longo desses anos.

Carol Tavares, 24 anos. Dj, produtora cultural, fotógrafa, mora no Morro Agudo, Nova Iguaçu. Costuma em suas apresentações agitar o público, mas também valorizar a representatividade feminina e a cena cultural da Baixada. Faz parte do movimento Enraizados, lugar em que aprendeu e deu início a sua trajetória como DJ..

As três escritoras que escolhi para referenciar o tema deste trabalho, foram selecionadas a partir de inquietações que me levaram a questionar como essas mulheres periféricas dão visibilidade às suas escritas e, junto a isso, quais são os seus espaços de atuação que podem ser utilizados como tal, numa perspectiva de contribuir na luta contra o racismo, sobretudo, para aquelas e aqueles que desconhecem essa vertente literária tão importante? E diante disso, reforço que minhas inquietações buscaram descobrir o que elas fazem para alcançar esse público que está nas periferias.

As escritoras as quais me refiro já deram o ar de suas graças ao longo do capítulo que fala especificamente da literatura negra feminina da Baixada Fluminense, sendo citadas em algumas situações, e já fazendo narrativas de memórias de suas próprias histórias, às vezes à luz de conceitos e teorias acerca dos assuntos levantados e analisados por elas mesmas. A intenção foi fazer com que, a partir de informações das suas

experiências de vida, dialogando com seus conhecimentos adquiridos como resultado de suas participações ativistas, militantes, formação acadêmica ou nos espaços diversos de atuação, já viessem se mostrando numa autoapresentação, e, assim, colaborando efetivamente com este trabalho.

A seguir veremos mais informações específicas destas escritoras negras da Baixada Fluminense que tanto contribuíram e continuam contribuindo para a transformação e justiça social com seus trabalhos de conscientização e de grande colaboração na luta contra o racismo. Importante ressaltar que a seleção das escritoras não se deu por preferência pessoal, mas por considerar que mesmo tomando conhecimento da existência de uma determinada pessoa, nem sempre conhecemos o seu potencial de atuação profissional ou/e ativismo e militância que colabora com o processo de conscientização e, conseqüentemente, com a transformação social, partindo do seu local, de um trabalho de base.



Fonte: Facebook Dayse Marcello II

3.1. Dayse Marcello

Nasci na cidade de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro. Sou mulher, negra, mãe dos filhos que sonhei, tenho um amor que procurei por muito tempo, tenho amigas (os), estou viva, Deus me ama e a grande rainha de Ijexá me escolheu para usar sua coroa! O Senhor da Guerra me acompanha sempre com sua espada! Tenho muitos motivos para ter orgulho.

Sou também psicóloga, escritora, assessora técnica de gestão, consultora e avalista de projetos socioculturais e ambientais, além de funcionária pública.

Trabalho há mais de vinte anos em atividades culturais e atividades relacionadas aos Direitos Humanos: adolescentes em conflitos com a lei, programa de erradicação do trabalho infantil, luta antimanicomial, movimento negro, titularização dos quilombos, movimento de mulheres, entre outros (Marcello, 2013, capa do livro *Eu Verso Buakamukua*)

Dayse de Souza Marcello nasceu em Nova Iguaçu, município da Baixada Fluminense (RJ), em 1968. A psicóloga destacou-se como escritora depois da publicação do livro "*Eu Verso Buakamukua*", que faz parte do *Projeto Literário Falares Africanos no Brasil*. Projeto de sua autoria que tem como objetivo apreender palavras, ditos populares, provérbios, hábitos culturais que foram incorporados à cultura brasileira vindos da cultura africana.

É sabido que trouxeram uma média de 5 milhões de negros escravizados de diferentes regiões africanas para o Brasil. Sabe-se também que os dicionários brasileiros tendem a omitir explicações acerca do processo de integração das palavras africanas ao nosso vocabulário.

A palavra Buakamukua significa diferente e é de origem África (Kibumdu). É um livro que destaca a contribuição dos povos africanos na formação da língua brasileira considerando prioritariamente as palavras de origem yorubana e kibumdu, que passaram a ser "abrasileiradas" no vocabulário português do Brasil. Revela através de seus versos a africanidade existente no nosso falar diário, uma identificação com as palavras africanas; o conhecimento linguístico africano surgindo e fortalecendo a identidade étnico-social que também preserva a memória histórica dos povos africanos que foram trazidos para serem escravos no Brasil.

A autora ressalta as contribuições no processo de desconstrução de discriminações sociais existente ao longo da história que as poesias "versadas" no livro vêm prestando. Evidencia que não existe indiferença no imaginário popular referente a cor, sexo ou crença individuais. Que há uma necessidade de avanços na compreensão e no respeito às diversidades, que podem ser através da arte, da educação, da ciência, da religião e de outros setores. É preciso resgatar a reflexão sobre "ser humano" e "ser diferente", e a poesia Buakamukua tem essa perspectiva.

Este livro tem dado uma importante contribuição na implementação da lei 10.639/02 no âmbito educacional desde o seu lançamento que aconteceu em vários espaços. No *Centro Cultural do Banco do Brasil* do Rio de Janeiro foi realizado em 18 de março de 2015. Na tarde de autógrafos no *CCBB*, Marcello reafirmou a necessidade do entendimento do Brasil em sua pluralidade e a necessidade da utilização do espaço cultural como veículo de preservação e divulgação da memória sócio-histórica do desenvolvimento do Brasil e a inegável contribuição dos povos africanos.

Foi também um momento de conversas com leitores de diversas categorias que tiveram interesses de conhecer a obra como professores, publicitários, jornalistas, radialistas, estudantes, gestores, críticos literários, imigrantes e outros, que não só adquiriram o livro, mas registraram comentários e críticas positivas da obra que já tinha sido lançada na Bienal Internacional do livro em *São Paulo*, no dia 26 de agosto de 2014. Na Bienal o lançamento foi bem sucedido, resultando na aquisição do livro por várias escolas públicas de *São Paulo*.

Marcello é colunista do "Nossa Causa", coautora das obras "Eu sou o samba" e "Poetas da ilha", autora do Projeto "O teatro no contexto socioeducativo: exercício de cidadania e inclusão social, que foi implementado no DEGASE e premiado como Projeto pioneiro de excelência, autora do Projeto "*Inventário dos Falares Africanos no Brasil*", uma série de produções que tende a resgatar e preservar o patrimônio cultural linguístico dos povos Africanos deixados no Brasil. Ela também atuou como articuladora no *Fórum de religiões de matriz Africana Ya Obá Bii na Baixada Fluminense e na III Jornada de Educação para Promoção da Igualdade Racial com realização da ONG Se Essa Rua Fosse Minha e UNICEF*. Foi presidente do *Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro da Cidade de Mesquita*, *Secretária Adjunta de Cultura da Cidade de Nova*

Iguaçu e Assessora Técnica de Projetos no gabinete da Secretaria Estadual de Direitos Humanos.

Foi idealizadora e coautora da Cartilha "Direitos Humanos", publicada em quatro idiomas e distribuída nos jogos Pan-Americanos; Cartilha "O Conto do Trabalho Infantil", publicada e distribuída pela Prefeitura de Nova Iguaçu-RJ; Catálogo "As Piores Formas de Trabalho Infantil e Agravos na Saúde", publicada e distribuída pela Prefeitura de Nova Iguaçu-RJ. Foi agraciada com os prêmios Zumbi dos Palmares e Rosas Negras na ALERJ e a Moção Honrosa-Câmara de Vereadores pela iniciativa de levar a Prefeitura de Nova Iguaçu a ser a primeira do Estado a decretar cotas no Serviço Público quando coordenou a Coordenadoria de Igualdade Racial em 2011.

Recentemente, Dayse Marcello lançou o livro "De Maria Bonita a Maria da Penha: desventuras de Marias do Brasil". No início do prefácio Lúcia Xavier faz o seguinte comentário:

Dayse Marcello é uma dessas mulheres corajosas que empresta a sua experiência de vida para empoderar outras mulheres, sobretudo as mulheres negras. Com maestria, ela narra em verso e prosa, como as "Marias" do Brasil vivenciam a violência intrafamiliar e de gênero que leva à morte milhares de mulheres todos os anos em nosso país. Na oportunidade, também revela como a ação dos movimentos feministas e de mulheres negras criou vários instrumentos contra a violência de gênero, destacando entre eles a Lei Maria da Penha (2021).

Segundo Xavier, a autora traz para o debate os avanços no campo dos Direitos Humanos das mulheres, conquistados pela luta feminista e de mulheres. Através das histórias de vida de Maria Bonita a Maria da Penha, Marcello dá voz a todas as Marias. Também nos fala de como o avanço dos direitos humanos, com a implementação de políticas públicas e a ampliação da participação das mulheres, foi decisivo no "resgate da cidadania, da autonomia e da liberdade das mulheres".

Maria Bonita (Maria Gomes de Oliveira) foge da violência doméstica e se torna companheira de Lampião (Virgulino Ferreira da Silva, rei do Cangaço, movimento armado de camponeses pobres em busca de justiça nas décadas de 1920 a 1930). E Maria da Penha Maia Fernandes, farmacêutica, lutou pela vida e contra a violência doméstica. Em

homenagem à sua resistência à Lei nº11.340, de 7 de agosto de 2006, foi registrada como Lei Maria da Penha (Idem)

Um livro que esclarece a situação das Marias diante dos processos de subordinação e violência "engendrados pelo racismo patriarcal heteronormativo". Que também empodera e acolhe para o enfrentamento da violência contra a mulher, principalmente contra as mulheres negras. Para Xavier este é o sentimento que ascende após a leitura do livro.

Para explicar o porquê de escrever um livro com esse título, *"De Maria Bonita a Maria da Penha"*, Marcello conta a história de quando começou a atender como psicóloga, destacando duas situações: o atendimento a uma adolescente que trazia um conflito consequente do fato de ter sido jogada de um barranco pelo próprio pai quando nasceu por ser preta. O pai era branco e a mãe preta, mas ele alegava que teria sido traído com o homem negro. A outra situação foi atender uma mulher que olhou para ela e perguntou se ela era macumbeira, porque não conseguiria ser atendida por uma pessoa assim. Foram duas situações que marcaram muito a sua história de vida e profissional também, segundo ela. E a partir daí resolveu trabalhar com mulheres e meninas durante a sua vida para resolver "essas múltiplas facetas das mulheres" que para ela são violências, pequenas coisas que atingem a mulher e desembocam em algo maior por ser um conjunto de violências articulado.

A autora por conta disso já vinha querendo escrever sobre o assunto, e surgiu o livro *"De Maria Bonita a Maria da Penha: desventuras de Marias do Brasil"*.

Agradeço ao Deus supremo, Orumilá, que desde minha criação tem o cuidado de não me deixar "largada" neste mundo e monitora minha caminhada como quem cuida de uma joia rara.

Agradeço a todas as forças supremas que orquestradas por Deus e seus comandos me acompanham nesta caminhada e intercedem sempre a meu favor, mesmo quando eu não entendo!

Agradeço aos meus pais, por "tudo". Pai, eu te amo muito! De forma especial, agradeço a minha falecida mãe por ter me desejado e me amado antes de meu nascimento, e ao nascer me dedicou o que tinha de melhor: muito amor e sabedoria". Sem ela eu poderia facilmente ter me perdido no caminho e não ter chegado até aqui!

Agradeço aos meus filhos, aos meus irmãos e à avó paterna dos meus filhos, pelos incentivos constantes e por me perdoarem pelo tempo que deixei de estar com vocês para escrever este livro.

Agradeço às mulheres que se revezam no lugar deixado por minha mãe e que se revelam na minha caminhada como grandes protetoras, companheiras, amigas, incentivadoras e exemplos de vida.

Agradeço ao meu GRANDE AMOR por tudo... E aos amigos, amigas e colaboradores, com carinho registro o meu muito obrigada! (Adúpé ou agradecimentos da aurora no livro "Eu Verso Buakamukua").



Fonte: Facebook Dóris Barros

3.2. Dóris Barros

Nasci e me criei em uma casa sem água encanada e com telhado sem forro. Adormecia ouvindo rãs coaxando, habitantes ruidosos de um charco que se formava numa depressão do terreno baldio ao lado de casa. Todas as noites mamãe acendia uma espiral para espantar os mosquitos e eu aspirava a fumaça que subia lentamente até o teto, conduzindo meu olhar até as palavras gravadas nas telhas de cerâmica: Fábrica Santa Bárbara (Barros, 2012, p.128).

Dóris Regina Barros da Silva nasceu em Mesquita, município da Baixada Fluminense em 1967. É pedagoga, mestre em educação com ênfase em Educação para as Relações Étnico-raciais, especialista em arte e educação, membro do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi). É também integrante dos coletivos de poetas "Fulanas de Tal" e "Pó de Poesia" e do Grupo de Estudos de Dança do Maracatu "Baque da Mata", de Nova Iguaçu, leciona no Curso de *Especialização em Histórias e Culturas Africanas e Afro-Brasileiros*, no Instituto Federal de Educação do Rio de Janeiro (IFRJ), ativista na luta antirracista e de gênero. Tem participação intensa na vida cultural da cidade, apresentando-se em saraus e diversos outros eventos culturais e literários.

A pedagoga se destacou literariamente por conta do ensaio: "Teias da Memória e Fios da História: laços e entrelaços". Esse ensaio foi agraciado com o prêmio "Mulheres

Negras Contam sua História". O prêmio foi uma iniciativa da Secretaria Especial de Política das Mulheres que lançou edital público em 2012, objetivando resgatar do anonimato as mulheres negras, "como sujeitos na construção da história do Brasil". Mulheres negras contando suas histórias, e assim, trazendo a memória de suas antepassadas, descendentes e de suas próprias histórias "de enfrentamento do racismo, da Violência e a superação da discriminação". Esse prêmio deu origem ao livro do mesmo título, que tornou público pensamentos produzidos por mulheres negras a partir de suas experiências individuais e coletivas, expressando vivências de desigualdades, sendo subsídios para a compreensão das desigualdades e na elaboração de políticas públicas direcionadas para o enfrentamento.

Barros ao falar de sua premiação relaciona a uma situação de coincidência, já que o texto enviado para concorrer, na verdade, já fazia parte do seu projeto de pesquisa de mestrado. Segundo ela, a sua dissertação referente a esta pós-graduação foi resultado de um processo de busca por conhecimento, sendo intensificado através do seu contato com a Lei 10.369/03 (inserção da história e cultura Africana e afro-brasileira no currículo escolar) e com a necessidade de adquirir informações que a permitisse dialogar com os educadores na escola, para então concretizar a entrada desses conhecimentos no currículo, pois já tinham as diretrizes, o plano de implementação desta lei, como também da Lei nº 11.645/08 (conhecimentos indígenas). Também foi a partir desses conhecimentos, que nela, despertou a necessidade de viver como mulher negra.

Barros começa a pesquisar a tradição oral Africana, a importância do Griot (historiador oral africano), a manifestação desses conhecimentos na nossa cultura através da oralidade, passando de geração em geração. Então, nessa descoberta de mulher negra resolve escrever na sua dissertação a trajetória de sua vida: a infância na Baixada Fluminense, os bisavós que vieram aqui para Mesquita, que não era cidade ainda, mas um Distrito de Nova Iguaçu no século passado. A sua experiência numa cidade que se caracterizava como meio urbana e meio rural.

O espaço acadêmico a fez enfrentar um outro paradigma, muito diferente. São outros conhecimentos, outras formas de pensar o mundo, mas ousou levar a sua história na dissertação de mestrado. E quando defendeu, em outubro de 2012, saiu o edital "Mulheres Negras Contam a sua História". Mesmo duvidando que a história de uma

mulher negra da Baixada Fluminense pudesse interessar, ter chance de conseguir, resolveu enviar o texto. Passou a acreditar que só o fato de participar já era um grande passo.

Ressalta a importância de um evento com a Conceição Evaristo, logo em seguida, em que a escritora falava da importância das mulheres negras também se verem como sujeito da escrita, escrevendo a partir do próprio olhar, com o próprio ponto de vista. Isso a fez valorizar as coisas engavetadas que só usava para se expressar e começou a pesquisar sobre mulheres negras que de fato se destacaram em vários campos e que ainda carecem de visibilidade. A fez perceber o quanto isso empodera e faz pensar na capacidade de cada um. Logo depois saiu a premiação em Brasília.

Barros escreve desde a adolescência, mas durante a infância já lia compulsivamente, expressão dita por ela mesma. Foi uma infância vivida dentro da limitação financeira, que era muito grande e o livro era um item pouco acessível. Mas conseguiu ler grandes escritoras durante a sua vida como Clarice Lispector e Cecília Meirelles na escola. Ela lamenta o fato de não ter lido escritoras, como Carolina Maria de Jesus, que teriam sido muito importantes não só para a graduação, mas na construção de sua identidade como mulher negra.

Cursou mestrado com dificuldade por conta de vários problemas pessoais que tiveram interferência principalmente no momento de escrever a dissertação, enfrentando momentos de bloqueio, sem saber o que escrever. Foi quando de repente resolveu escrever suas memórias dando origem ao ensaio que teve publicação no livro supracitado. Recebeu o prêmio em Brasília, segundo a autora foi um momento de grande emoção, pois se viu em meio a mulheres que sempre foram referências e a impulsionaram na sua trajetória e, naquele momento, estava junto com elas sendo homenageada.

Recentemente Barros foi listada no livro da escritora e atriz Claudina Oliveira "Escritas Iguaçuanas: publicações na cidade perfume". Livro publicado a partir da *lei Aldir Blanc* que retrata um pouco do cenário literário da Baixada Fluminense em relação às mulheres escritoras. Ao falar do livro supracitado, Dóris Barros destaca a importância de políticas públicas para a visibilidade autoral feminina que na maioria das vezes tem produção independente, com ausência de estímulo financeiro ou de qualquer outra ordem para divulgação. Mas que mesmo diante disso, essas mulheres se insurgem e assumem

de fato o seu lugar de protagonistas e potências criadoras, inspirando outras mulheres a cada vez mais narrarem suas histórias, se fortalecendo individual e coletivamente.

Barros tem outras publicações como "Escritas de Carolina Maria de Jesus e Formação de Professores (as): a emergência de narrativas insurgentes" e "Educação Profissional e Busca por "ser mais": mulheres negras e suas vozes apontando caminhos".

Em novembro de 2021 a escritora recebeu *Moção de Aplausos* em Sessão Solene da Câmara de Vereadores de Queimados pelo Dia da Consciência Negra. Barros se mostrou bastante grata pelo acolhimento e reconhecimento das contribuições dadas à luta antirracista.

Tudo se transforma com a arte. A arte é libertadora, ela é curativa. A cultura também é perigosa, nós somos perigosas. Nós que escrevemos, pensamos (2021).



Fonte: Crioula.org.br/mae-beata-de-iemanja

3.3. Mãe Beata de Iemanjá

Eu fui gestada no Recôncavo Baiano e fui parida na Baixada Fluminense, em Nova Iguaçu. Isso é maravilhoso! Eu vivo em paz com o povo da Baixada, é um dos melhores lugares pra se viver. É a mesma coisa! Eu cheguei e encontrei a Umbanda, eu sou do Candomblé. Eu sou mulher! Se existe alguém que não goste de mim, eu estou dando boa tarde, eu estou dando um beijo e um abraço. Porque eu quero quando eu falar, quando olhar para um outro irmão, para um outro ser vivo na minha frente, saber que tem um outro ser humano ali, espalhando a paz e o amor, através dos olhos, através da fala, através da maneira de agir, através da humildade (Iemanjá, 2013, entrevista ao canal Exporeligião).

Beatriz Moreira Costa, conhecida como Mãe Beata de Iemanjá, nasceu em Cachoeira do Paraguaçu, Recôncavo Baiano, em 1931. Neta de portugueses e africanos escravizados trazidos para o Brasil, viveu a infância cercada de mulheres de origem africana, como a avó paterna que tratava de todos no engenho com suas ervas, como relata Mãe Beata, e a tia Afalá. Ainda criança sentiu preconceito por conta da sua cor. Na escola não podia fantasiar-se de anjo sendo reprovada pela professora que perguntava: "e existe anjo negro?". Segundo informação, em 1994, numa viagem a Berlim para participar de uma peça, veio a vingança. Colocou asas e posou em frente ao Obelisco da Vitória: "tirei foto num monumento feito do ouro roubado daqui". Na década de 1950, mudou-se para a cidade de Salvador.

Pertencer a uma família que seguia preceitos patriarcais, não a impediu de fazer cursos de teatro amador e participar de grupos folclóricos. Durante dezessete anos foi

abiã (pessoa iniciada no Candomblé) do tio, que ao falecer levou Beata a procurar Mãe Olga do Alaketu, que após o falecimento de sua mãe biológica passou aos seus cuidados, que por sua vez, a iniciou para a orixá Iemanjá. Beata era filha de Iemanjá, Orixá das águas e dos peixes e de Exu, Orixá mensageiro e das encruzilhadas.

Foi casada com Apolinário Costa, pai dos seus filhos. Em 1969 separou-se e, por conta disso, foi vítima de preconceito da família consanguínea, sendo, assim, acolhida pela família-de-santo. Migrou com os filhos para o Rio de Janeiro em busca de melhores condições de vida. Para ela "filha de Exu não fica num lugar só". Fincou raízes em Miguel Couto, na Baixada Fluminense, considerada por Beata como um "grande pedaço de África". Para sustentar a família exerceu atividades variadas como empregada doméstica, manicure, costureira, cabeleireira, artesã, como figurante na Rede Globo de Televisão, empresa que após descobrir seu talento como costureira, a contratou, e lá permaneceu até a aposentadoria.

Era Ialorixá, artesã brasileira, escritora e ativista pelos direitos humanos, sobretudo os direitos das mulheres negras, e do meio ambiente. Mãe de quatro filhos biológicos e de tantos outros que acolheu no seu terreiro de Candomblé Ilê Omiojuaro (A Casa das Águas dos Olhos do Caçador), localizado em Nova Iguaçu, RJ, há mais de 30 anos.

Sou uma mulher negra, Ialorixá de uma religião trazida pelo Brasil por construtores dessa nação, que foram os negros africanos (Idem).

Mãe Beata de Iemanjá era considerada grande referência da religiosidade afro-brasileira. Em 1985, aos 54 anos, recebeu a autorga de Mãe de Santo, data de fundação do seu terreiro de Candomblé, local de combate à intolerância e a discriminação. Espaço religioso e dos direitos sociais, onde se promovia ações de combate à intolerância religiosa, à discriminação de raça e gênero, violência contra a mulher, e de defesa da saúde, do meio ambiente e de acesso a educação. Se orgulhava de ser mulher negra e nordestina, sempre defendendo sua fé como tradução de sua origem. Para ela o candomblé era o seu empoderamento, a sua vida, "a fonte em que bebo muita água, o som que eu ouço, o canto dos pássaros". Mas também referência dos espaços e questões sociais, como o lamento das crianças da periferia, dos homossexuais, a estrada, a encruzilhada onde nasceu, o rio do Recôncavo, a fome que passou quando criança, a

boneca que não pode ter, "o Candomblé surgiu na minha vida para me dar oportunidade, a minha cultura, porque representa o sangue do meu povo".

Nas denominações de matriz africana não existe uma hierarquia vertical no funcionamento como na maioria das religiões (padres, bispos, cardeais, rabinos, profetas, monges). A mãe ou pai de santo é responsável pelo seu terreiro, estrutura e caminhos construídos autonomamente e, assim, fazem parte da formação de uma teia considerando os preceitos comuns.

"Minha história me dói por dentro, mas é a causa da minha luta"

Aproximadamente 5 milhões de africanos foram escravizados no Brasil, do século XV ao XIX. As sequelas deste processo até os dias de hoje estão presentes na vida dos seus descendentes.

É uma história que eu conto, mas me dói por dentro, meu coração me sangra. Principalmente, essa história é a causa da minha luta. Faltava tudo! Da comida ao ensino, à saúde, no Recôncavo Baiano.

Os bisavós de Mãe Beata foram sequestrados da Nigéria, com suas filhas gêmeas ainda bebês, no final do século XIX. Apenas uma das filhas sobreviveu. Eles foram separados e vendidos para engenhos do Recôncavo Baiano. Mãe Beata nasceu em um desses engenhos, que ainda tinha resquícios da escravidão. No Rio de Janeiro, o terreiro fundado por ela, era considerado um espaço de resistência, a sua pequena África. É com a força dos seus ancestrais que as mulheres negras vêm recriando nações africanas nos Candomblés, preservando sua cultura, a família e a dignidade.

[...] Nada mais e nada menos, nós temos o direito de defendermos tudo isso. A religião dos Orixás é uma religião de amor e de carinho. É uma coisa de todo brasileiro que traz no sangue, traz no seu coração, traz na sua alma. Eu penso que é de todos brasileiros. Eu sou assim, eu sou baiana, sou do Recôncavo Baiano, sou neta de escravos, então, eu tenho a obrigação, e essa obrigação eu entrego a todos os brasileiros e a todos os meus irmãos para irmos a luta, pra chegarmos ao ponto maravilhoso (Beata, 1988, CULTNE).

Fez a diferença entre os muitos religiosos e religiosas, no enfrentamento a temas sociais polêmicos, na crítica ao racismo, machismo, a homofobia, que dizia enfrentar com a palavra, com a fé e o amor. A ausência de diplomas não a impediu de compartilhar sabedoria, "eu mesma me alfabetizei, eu mesma fiz todas as universidades do mundo". Como escritora escreveu vários artigos e publicou dois livros: "Caroço de Dendê: a sabedoria dos Terreiros" (2008) e "Histórias que minha avó contava" (2004) e um capítulo do livro de saúde das mulheres negras, com o título "Tradição e religiosidade", que teve a organização de Jurema Werneck, Malsa Mendonça e Evelyn C. White (2006). Como já foi mencionado, Beata foi semialfabetizada por ordens de seu pai, cresceu ouvindo que não precisava ler e escrever porque veio ao mundo apenas para casar e ter filhos, mesmo assim, tinha apego aos livros e à escrita.

Nessa arte da escrita buscava inspiração criadora dos seus contos na tradição africana e afro-brasileira. Para além das suas memórias escreveu também suas experiências de vida e de seus filhos-de-santo. Seus contos são divididos por assuntos que por sua vez trazem ensinamentos nas entrelinhas *conto possui uma moral a ser descoberta pelo leitor no antigo molde "qual a moral da história?"*, intercalando contos mais divertidos com outros mais sérios e de cunho religioso". Mas num mesmo conto pode-se perceber elementos culturais distintos, como "mitos iorubanos, sincretismo religioso brasileiro, relação entre iyawo (iniciados) e Orixás, entre outros" (Sampaio, 2008).

Beata destacou-se como escritora com a publicação do livro, "Caroço de Dendê: a sabedoria dos terreiros". Lançado em 1997, o livro é um conjunto de 43 contos que representam a tradição oral africana no Brasil. A autora narra as histórias transmitidas por gerações de escravizados nas senzalas do Brasil. Através de sua memória registrou mitos, lendas, contos, mostrando que existe a possibilidade de fazer ficção com valores, crenças e sentidos do Candomblé. Memórias ligadas às mulheres e homens do seu tempo. São contos que se comparam a tradicional narrativa africana misturando gente, animais e plantas.

A dinâmica da transmissão oral destas histórias dentro das comunidades-terreiro e a interação entre contadores e ouvintes no dia-a-dia dos terreiros nos levam a pensar nos contos de Mãe Beata

como, de certa forma, uma criação coletiva destas comunidades, individualizadas, como contadora de histórias (Portal literafro, 2024 apud Cardoso, p.13)

André Sampaio em seu trabalho de mestrado: "Contos de Mãe Beata de Yemanjá: Tradição Oral no Candomblé", destaca que Beata escrevia porque viveu as experiências retratadas nos contos cotidianamente, que suas narrativas eram resultados de seus afazeres ligados a religião e a luta por melhores condições de vida na sociedade. "Caroço de Dendê é um dos resultados desta luta, que leva para muitos leitores o cotidiano de uma mãe de santo e de seu terreiro de Candomblé, ainda muito distante de muitos" (Sampaio, 2008, p.1)

São diversos assuntos tratados nos contos: "costumes das comunidades africanas, histórias de divindades e personagens ancestrais, fábulas, apólogos com animais, histórias de natureza religiosa em geral" (2008).

A autora escreve de um lugar muito específico, o Candomblé. Sendo assim, podemos dizer que Caroço de Dendê é uma produção elaborada através da tradição oral, que Mãe Beata utiliza e tem contato em grande parte, por estar próxima de um terreiro de Candomblé (Sampaio, 2009, p.14).

Além de seu trabalho comunitário, levava suas histórias para outros lugares com o intuito de fortalecer e dar dignidade ao Candomblé e suas ancestralidades. Griotte de grande talento, encantava seu público com narrativas imemoriais. Lutava pelo direito dos adeptos das religiões afro-brasileiras, para que tivessem garantias de direitos para cultivar seus Orixás.

Na década de 1980 passou a ser considerada como personalidade do Candomblé do Rio de Janeiro, sendo assim referenciada. Integrou o Instituto Cultural de Apoio e Pesquisa das Religiões Afros (ICAPRA), que tem como objetivo a difusão das heranças e tradições dos povos brasileiros de origem africana, tendo foco, sobretudo, na transmissão religiosa.

A luta dela não se resumia à luta pela saúde da mulher negra e de enfrentamento ao racismo religioso, mas também contra a violência de Estado na Baixada Fluminense, principalmente, de 1990 até 2000, período de chacinas cotidianas na

Baixada. Ela está na história de luta e resistência da Baixada Fluminense porque se destacou no enfrentamento às injustiças presentes na região.

Beata recebeu em 1991, da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro Moção Honrosa e Congratulação pela Militância Resistência da Cultura, Religião, Cidadania e Dignidade da população afro-brasileira e em 20 de novembro, o Diploma de Personalidade de Destaque da Comunidade Negra.

Participou do Fórum Global/92 sendo cicerone e mentora religiosa no Encontro Mundial pela Paz, promovido pelo MIR/RJ. Em 1994 promoveu diversos debates, articulações e eventos sobre os impactos do racismo e da violência na Baixada Fluminense em seu terreiro, o Ilê Omiojuaro, o Fórum de Debates "Cidadania x Violência".

Tinha uma preocupação muito grande com os impactos do racismo estrutural, sobretudo, com os jovens negros e pobres e, por isso, chegou a promover em seu terreiro vários cursos de qualificação profissional. Foi fundadora da ONG Criola, fundada em 1992, uma organização fundamentada em valores como justiça, equidade e solidariedade. Desenvolve ações voltadas para contribuir na melhoria das condições de vida da população negra, em especial das mulheres negras.

Tento sempre juntar as duas forças: ser mulher e ser negra. Adoro ser como sou (Beata, 2018, criola.org.br)

Em 2016, Mãe Beata recebeu em seu terreiro, uma das atividades que fazia parte do I Encontro Internacional denominado *Julho Negro*, movimento criado por mães e familiares vítimas da violência do Estado, movimentos de favelas e periferias e comunicadores comunitários que atuam na luta antirracista e pelo direito a vida. O objetivo de cada *Julho Negro* é discutir e internacionalizar através das atividades a luta contra o racismo, a militarização e o apartheid. Nesse I Encontro, Beata acolheu o movimento negro dos Estados Unidos *Black Livre Matter*, movimento de mães e familiares vítimas da Violência de Estado do Brasil, Baixada Fluminense e Rio de Janeiro e outros movimentos sociais. O objetivo do encontro foi articular internacionalmente a luta contra a militarização e o racismo. Em 2017, no ano 2 do *Julho Negro*, Mãe Beata foi uma das homenageadas por sua trajetória de luta.

Realizou inúmeras palestras, como as de 1992, no Seminário "Planeta Fêmea Ética e Espiritualidade: mulher e sagrado no século XXI", de 1997, Seminário "A Comunidade Afro-brasileira e a Epidemia do HIV, no Rio de Janeiro, Seminário "Superando o Racismo", em São Paulo, na Jornada "Lélia Gonzalez", no Maranhão. Em 1998, no *Seminário "African Amerindian Performances From Brazil"*, Nova Iorque/EUA. Em 2007, no Debate "As Dimensões Simbólicas, Econômica e Cidadã da Cultura da UNE, Rio de Janeiro. Participou de vários debates em rádio, em blog e em conferências, sobre diversas temáticas: Aborto e religião na Rádio Fala Mulher, Gênero e Etnia no blog Coisa de mulher, contra a intolerância religiosa e para a conquista de direitos do "povo do santo" na 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial e Racismo Ambiental com o Ibase. Integrou o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM/RJ), foi conselheira do Projeto Ato Ire - Saúde dos Terreiros e da Ong Viva Rio.

Recebeu vários títulos: a *Medalha de Mérito Cívico Afro-Brasileiro*, pela *Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares de São Paulo*; *Prêmio de Direitos Humanos*, concedido pelo *Programa Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República*. Recebeu o diploma *Mulher-Cidadã Bertha Lutz*, do *Senado Federal*, com solene sessão do *Congresso Nacional*, em 2007, a *Medalha Mérito Legislativo Câmara dos Deputados*, criada em 1983, pela primeira vez entregue a uma Iyalorixá, em 2012. Em 2014, a *Escola de Samba Garras do Tigre*, Nova Iguaçu, fez uma homenagem a Beata no *Carnaval da Baixada Fluminense*. Em 2015 o *Ilê Omiojuaro* recebeu o prêmio de *Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (Iphan), com a seguinte afirmação de Mãe Beata:

Esse é o meu acervo. Meu sangue é negro e procuro guardar a nossa história. Lutarei pela memória do meu povo até quando os Orixás me permitirem. Fala só aqui dentro não adianta, é preciso ir para a rua gritar (Idem).

Mãe Beata de Iemanjá tem sido objeto de pesquisas acadêmicas nas produções de artigos, monografias, teses, dentre outros. E também nas criações literárias afro-brasileiras como exemplos os livros *Mãe Beata de Yemanjá: guia, cidadã, guerreira* (2010), de Haroldo Costa. O livro é um longo depoimento de Beata e foi produzido a partir de uma série de entrevistas realizadas pelo autor em visitas à casa de Mãe Beata.

Costa, através das memórias e realizações, revela acontecimentos marcantes da vida, família e origens africanas, ressaltando a tradição da oralidade na voz de Mãe Beata, de forma que a história fosse contada em primeira pessoa, com toda graça, sensibilidade e verdade, características marcantes em Mãe Beata, e recentemente, a escritora Elaine Marcelina, publicou o livro de ficção infantil, *Beata: A Menina das Águas* (2021). Uma homenagem à Mãe Beata de Iemanjá, conta a história de uma menina e sua conexão com a natureza como força de sua vocação espiritual.

Muitas entrevistas foram dadas por ela, documentários também foram produzidos retratando suas experiências de vida, sua religiosidade, seu ativismo, tendo como referência, sempre, as memórias e oralidade da protagonista, Mãe Beata de Iemanjá. Como exemplos, *A Boca do Mundo - Exu no Candomblé* (2009) de Eliane Coster. Um documentário que retrata a multiplicidade de Exu, presente no cotidiano das ruas, nos mercados de trocas, nas manifestações religiosas, festas, todos os locais e atos nos quais se encontra representação e manifestação do Orixá, traz depoimentos de Mãe Beata e *Encruzilhada das Águas: A Vida de Mãe Beata de Yemonjá* (2015), que conta a história de vida de Beata desde o Recôncavo Baiano até o Rio de Janeiro onde espalhou sua luta por dignidade pelo seu povo e sua cultura pelo mundo.

Minha mãe deixou solidificado em todos nós o seu legado, e queremos manter acesa a sua chama dentro de cada pessoa que acredita na luta por dias melhores para a sociedade (Adailton Moreira Costa, sociólogo e filho de Mãe Beata em evento de homenagem a escritora na *Prefeitura de Nova Iguaçu*, 2017)

Para Costa, Mãe Beata era o Candomblé como um todo, porque, segundo ele, quando uma mulher ou um homem de terreiro recebe um prêmio, esse prêmio representa toda a sua comunidade, todos os saberes, que podem ser ancestral e também moderno, que a essência do Candomblé continua dialogando com a contemporaneidade, participando de todas as ações.

A sabedoria dela foi ímpar, e o mais interessante é que minha mãe não fez transição, ela cunhou dentro de nós continuidade. Ela se mantém eterna no que ela plantou em nós. Então, a dor da perda, ela é presente, sentimos todos os dias, mas sentimentos muito orgulho pela sabedoria que é preparar a comunidade dela, não para ela, mas para o mundo, que a

ida dela ao rio buscar peixe, eu sempre digo que minha mãe foi ao rio buscar peixe e se encontrou com sua mãe Iemanjá, e está lá, mas deixou em nós um cesto cheio de peixe para que a gente continue aplicando nossa fome de luta pelos direitos humanos (Idem).

Mãe Beata de Iemanjá faleceu em Nova Iguaçu-RJ, no dia 27 de maio de 2017 aos 86 anos. No dia 7 de junho, a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro entregou a *Medalha Tiradentes*, em homenagem póstuma, à Mãe Beata. Uma iniciativa do então deputado Marcelo Freixo, foi entregue aos filhos da mãe de santo. Para Freixo, Mãe Beata é uma figura de resistência, simboliza uma fé perseguida historicamente, mas também representa a esperança, "lutou contra o racismo, a homofobia e o machismo. Esse foi o dia mais bonito que já presenciei no Parlamento". O governador decretou luto oficial de três dias no estado pela morte dela, na ocasião.

Quando minha mãe recebia um prêmio, sempre dizia que não era só dela, mas de todas as mães que choravam. Ela falava que era uma homenagem a todos os povos africanos que lutaram pela Igualdade e contra o racismo. Tenho certeza de que ela está aqui agradecendo a todos nós (Doya Moreira, filha de Mãe Beata, 2017 - Nova Iguaçu.rj.gov.br).

No dia 23 de novembro, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, aprovou o projeto de criação do "Observatório Mãe Beata de Iemanjá Sobre o Racismo Religioso", que tem como objetivo coletar, ordenar e analisar dados sobre violência praticada ou tentada contra grupos e terreiros de religiões de matriz Africana. Uma proposta do projeto de Lei 5.105/21, de autoria da deputada Renata Souza. Para a deputada, Mãe Beata de Iemanjá foi uma incansável lutadora no combate ao preconceito racial e ao racismo religioso, que criar um observatório com o seu nome é uma forma de reconhecimento de sua luta, e ao mesmo tempo, dá continuidade do "seu legado ancestral de luta pela liberdade de culto e promoção de políticas que visem a erradicar essa cruel forma de preconceito" (2021).

Nós não morremos. Há uma continuidade de outra vida mais plena, com mais sabor, com mais serenidade. Nós somos como um vidro de perfume. Se uma grande essência cair, se quebrar, fica aquele aroma delicioso, de capim, de rosa, sem você saber... Nós somos espíritos, somos os eguns,

porque os nossos antepassados estão ali conosco" (Mãe Beata de Iemanjá, 2018, criola.org.br).

Considerações Finais

A literatura negra tem importância histórica e cultural no Brasil. No século XX passou a ser vista como forma de resistência, afirmação de identidade e combate ao racismo. É na luta contra a discriminação racial, na valorização da cultura afro-brasileira, na desconstrução de estereótipos e preconceitos que a literatura negra tem um papel essencial. Como bem disse o pesquisador Natanael Vieira, escritoras negras e escritores negros rompendo com as narrativas hegemônicas, trazendo experiências, memórias e identidades da comunidade negra, suas lutas e conquistas.

A luta é pela representatividade e visibilidade, enfrentando desafios como a desigualdade na distribuição de recursos e apoio editorial para escritoras e escritores negros e negros. Isso porque é necessário aumentar a presença dessas escritoras e escritores nas escolas, nas bibliotecas e, assim, garantir que seus livros sejam lidos por um público maior.

A literatura negra é considerada uma contranarrativa. Como diz Evaristo, é uma narrativa contra-hegemônica que desautoriza o discurso da democracia racial brasileira. É preciso um processo de desconstrução da imagem da negra e do negro na forma como ela é transmitida pela literatura brasileira e contestar o jeito de como se escreve a história do Brasil.

Quando Carolina Maria de Jesus diz: "sim eu escrevo. Na minha opinião, escreve quem quer", tem realmente um significado de transformação na totalidade da arte das letras brasileiras, como analisou a professora Fernanda Miranda. A invisibilidade da obra de Carolina mostra o privilégio sempre reservado a alguns homens brancos, pertencentes à elite econômica. Miranda teve o talento e a sensibilidade de perceber e nos dizer isso. São duas mulheres com níveis de escolaridade diferentes, mas na minha opinião, se entenderam muito bem.

A Baixada Fluminense é um lugar de cultura identificada com a cultura negra. Uma cultura que começou no Brasil colônia. Graças as rebeldias de negras e negros, não aceitando a escravidão vieram parar na Baixada, formando os Quilombos e Mocambos. Os caminhos de resistência das mulheres negras nessa região nos lembra a organização social dos Quilombos, no enfrentamento a violência e ressignificando as vivências

africanas. A produção cultural expressa a diversidade e ao mesmo tempo a resistência do povo negro.

Com o objetivo de identificar as diferentes formas de atuação das escritoras negras da Baixada Fluminense que contribuem para visibilizar suas escritas, a pesquisa procurou compreender as estratégias de ações alternativas que cada uma utiliza com o intuito de divulgar e até mesmo publicar suas produções. Em vista disso, a pesquisa adotou uma perspectiva qualitativa, pois a ideia é descobrir como elas atuam. Foram então selecionadas três escritoras considerando alguns critérios, dando relevância ao que se refere às formas diferenciadas de atuação (profissional, ativismo e militância). Analisamos registros biográficos e autorais, e acompanhamos as participações das escritoras em eventos, documentários, entrevistas, debates e rodas de conversas online.

É uma grande responsabilidade pesquisar sobre literatura negra feminina. Dela fazem parte mulheres que escrevem vivências, é a "escrevivência", termo muito bem apropriado, criado pela escritora Conceição Evaristo. São vidas expressando experiências próprias a partir de realidades às vezes diferentes, mas que têm em comum a resistência, a luta contra o racismo e a escolha de utilizarem o talento de produzir literatura para colaborar na transformação social.

Pesquisar escritoras negras da Baixada Fluminense e com o objetivo de identificar como elas contribuem na luta contra o racismo, tornou-se uma tarefa interessante. Mesmo tendo oportunidades de conhecer o trabalho delas por conta de atuações em movimentos sociais e partido político, tê-las como objeto de estudo, deu-me a oportunidade de obter informações específicas de cada uma delas sobre gêneros literários (poesia, ensaio, conto, artigo), formas de atuação e diversidades de espaços físicos, e a partir de quais memórias e realidades são produzidas suas obras literárias.

Duas das três protagonistas que referenciam a pesquisa, Dóris Barros e Dayse Marcello, já me eram familiares, por serem dos municípios de Mesquita e Nova Iguaçu, respectivamente, e por já terem participado de eventos culturais e políticos nos quais estive presente, mas sem maiores aproximações. Quanto à Mãe Beata de Iemanjá, por conta da sua atuação destacada, com repercussão em algumas mídias, muitas informações já me eram conhecidas. Três mulheres negras que bem representam a realidade da Baixada Fluminense, migrantes ou filhas de migrantes, com pouca escolaridade ou

estudou um pouco mais com muita dificuldade, mãe solteira, que vai à luta pelos filhos biológicos, e no caso delas, por todos os filhos da Baixada.

As respostas à pergunta de que formas são travadas suas lutas contra o racismo, estão nos espaços de atuação do cotidiano. No trabalho escolar, no terreiro de Candomblé, no consultório de psicologia, nos debates sobre direitos humanos, tolerância religiosa, sobre a aplicação da Lei que garante o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nos currículos das escolas, etc. Como já foi dito aqui, é importante entender que o racismo só será superado no combate a sua naturalização que se faz presente no cotidiano, e pode acontecer de várias maneiras, na resistência da juventude, na valorização da nossa cultura, nas práticas religiosas, nas experiências das mulheres, na prática da oralidade, nas produções literárias das escritoras negras da Baixada Fluminense.

A análise proporcionou entendimentos sobre as estratégias de ações dessas escritoras, levando em conta a realidade local. Numa região periférica, com a marca da desigualdade social, com desafios como acesso à saúde, à educação, e também o reconhecimento da sociedade de sua rica diversidade cultural, essas mulheres, além do talento para a produção literária, exercem funções diversificadas. Através dos espaços de atuação profissional, ativismo e militância, elas realizam a divulgação da literatura negra e promovem discussões temáticas sobre negritude possibilitando a contação de outras histórias. Dayse Marcello, Dóris Barros e Mãe Beata de Iemanjá, representam as mulheres negras da Baixada Fluminense e suas histórias de vida, existência e persistência, contra o silenciamento e criando formas de dar visibilidade.

REFERÊNCIAS

alma

preta.cm.br/sessão/cultura/cinco-mulheres-negras-do-rap-da-baixada-fluminense-para-voce-conhecer/, 2021.

ALMEIDA, Luciene Araújo de; OLIVEIRA, Maria Alves. Trabalho: A Literatura Feminina Afrocentrada e o Seu Papel de (Re) Significação do Sujeito Feminino Subalterno Negro, 2021.

"A Boca do Mundo - Exu no Candomblé", documentário. 2012.

.BARROS, Dóris. Ensaio: Teias da Memória e Fios da História: laços e entrelaços. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Prêmio Mulheres Negras Contam Sua História, Brasília, 2012.

BARROS, Dóris. Educação profissional e busca por "ser mais": mulheres negras e suas vozes apontando caminhos. 2º Coletânea Nacional - Histórias que merecem ser contadas. Sapucaia do Sul, v.7, N.1, 2020.

BARROS, Dóris. Escritas de Carolina Maria de Jesus e Formação de Professores (as): a emergência de narrativas insurgentes. 21 Dias de Ativismo Contra o Racismo. 1ed. Rio de Janeiro: Selo Novo, v.1, p. 193-210, 2018.

bbm.usp.br/pt-br/outros-eventos - Cadernos Negros, 2024.

brasilescola.uol.com.br - Literatura negra.

agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-04/baixada-fluminense-tem-historia-de-mobilizacao-afirma-ativista, 2023.

CALMON, Elisa. Mãe Beata de Iemanjá Recebe Homenagem Póstuma na ALERJ. <https://www.alerj.rj.gov.br/> - Rio de Janeiro, 2017.

Canal de YouTube, Iaras e Pagus. Mulheres Negras e a Literatura, 2021.

CAPUTO, Stela Guedes; PASSOS, Mailsa. Artigo: Cultura e Conhecimento em terreiros de Candomblé: lendo e conversando com Mãe Beata de Yemonjá. www.curriculosemfronteiras.org, Rio de Janeiro, 2007.

CARGNELUTTI, Camila Marchezan. A construção de um espaço literário para vozes afro-brasileiras: Terra Negra, de Cristiane Sobral, e a editora Malê. researchgate.net/publication, 2020.

CASTRO, Lúcia Maria Xavier. Mulher Negra: sua situação na sociedade. Rio de Janeiro, Cadernos CEAP, 1999.

Canal de YouTube, com turbante, Alessandra Gama comenta sobre o livro Caroço de Dendê, obra de Mãe Beata. 2016.

Canal de YouTube, SeeducRJ. Live - A Cultura e a Cultura Negra da Baixada Fluminense. 2021.

Canal de YouTube, Liquens. Mesa Redonda - Direitos Humanos e Educação, 2021.

Canal de YouTube, Editora Telha. Live: Ventre Livre, 2021.

Canal de YouTube, Sororidade. 10º Encontro Virtual das Escritoras da Coletânea Mulheres Maravilhosas, V.2. 2021.

Canal de Youtube, TEDx Talks. O racismo, quando não nos mata, nos torna inseguras, 2017.

CARNEIRO, Sueli. Antigo: Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero.

.COSTA, Renilda Aparecida. Artigo: A Construção da Identidade Nacional Brasileira e as Religiões de Matriz Africana: Implicações no processo de constituição da Identidade étnico-racial dos negros no Brasil. 2014.

.COSTA, Vanessa. Matéria: A ALERJ aprova criação do Observatório Sobre Racismo "Mãe Beata de Iemanjá". diariodorio.com, Rio de Janeiro, 2021.

criola.org.br/ - Artigo: Mãe Beata de Iemanjá e a fé que nos move. 2018.

Cultne Acervo - Yalorixá Mãe Beata - Candomblé, 2012.

diplomatique.org.br - Racismo e violência letal do Estado: um olhar a partir da Baixada Fluminense, 2021.

diplomatique.org.br/racismo-e-violencia-letal-do-estado-um-olhar-a-partir-da-baixada-fluminense/, 2021.

dmjracial.com/ - Matéria: Mãe Beata de Iemanjá: Memórias e Resistências na Baixada Fluminense, 2020.

dmjracial.com - Hidra Iguaçuana: Um passado de lutas e resistências na Baixada Fluminense, 2020.

dmjracial.com - Mulheres Negras Movimentando a Baixada - Uma Entrevista com Fátima Monteiro, 2020.

"Encruzilhada das Águas" A vida de Mãe Beata de Iemanjá, documentário.

escrevendoofuturo.org.br/blog/literatura-em-movimento - Cuti - por uma literatura negro-brasileira.

esperançagarcia.org.br - Esperança Garcia, 2019.

.EVARISTO, Conceição. Literatura Negra. Rio de Janeiro: CEAP, 2007. (Cadernos CEAP).

.EVARISTO, Conceição. Artigo: Literatura Negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. SCRIPTA, Belo Horizonte, 2009.

.EVARISTO, Conceição; FELISBERTO, Fernanda. Literatura Afro-brasileira. Conexão Futura - entrevista no Canal Cultura. 2015.

EXPORELIGIÃO - Entrevista com Mãe Beata de Iemanjá, 2013.

entidades.blogspot.com - África Brasil Identidades Positivas. Matéria: "Eu Verso Buakamukua" Um resgate dos diferentes falares africanos no Brasil. 2015.

extra.globo.com. Terreiro de Mãe Beata de Iemanjá, na Baixada Fluminense, vira Patrimônio Cultural, 2015.

Freire, Paulo. Conscientização: Teoria e Prática da Libertação. Ed. Cortez e Moraes LTDA, São Paulo, 1979.

.GARBIM, Juliana Franco Alves. Dissertação: A voz de Mãe Beata de Yemonjá em Perspectiva: o (não) lugar das poéticas orais afro-brasileiras no mercado editorial. Unesp, 2019.

geledes.org.br/. Matéria: Mãe Beata de Yemonjá - guia, cidadã, guerreira. Por Haroldo Costa, 2017.

gentejovemeducacional.com.br - PROFª. Ana Paula dos Santos Monteiro, 2025.

g1.globo.com/distrito-federal - 'A cada 23 minutos, um jovem negro morre no Brasil', diz ONU ao lançar campanha contra violência, 2017.

gl.globo.com/rio-de-janeiro - Matéria: Religiosa e ativista dos direitos humanos, Mãe Beata de Iemanjá morre em Nova Iguaçu aos 86 anos. RJ, 2017.

hooks, Bell. Intelectuais Negras. Revista Estudo Feminista, v.3, 1995.

istoe.com.br/ - Matéria: 'Somos como perfume', diz Mãe Beata de Iemanjá à AFP, dias antes de morrer. 2017.

.LAURENTINO, Eliana. Artigo: Cultura Afro-brasileira na Baixada Fluminense: pesquisa e ensino. www.e-publicacoes.uerj.br - Periferia: Educação, Cultura e Comunicação. Rio de Janeiro, 2014.

.LAURENTINO, Eliana. Artigo: Trajetória de uma historiografia: memória e cultura afro-brasileira na Baixada Fluminense. www.snh2015.anpuh.org - XXVIII Simpósio Nacional de História, Santa Catarina, 2015.

.LE MOS, Vilma. Artigo: Memórias e Identidades em Narrativas Oraís de Mulheres Domésticas Negras: análise de histórias de vida. seer.uscs.edu.br - Comunicação & Inovação, PPGCOM/USCS. São Paulo, 2015.

letras.ufmg.br/literafró - Matéria: Mãe Beata de Yemonjá: dados biográficos, Minas Gerais, 2018.

letras.ufmg.br/literafró - Lu Ain-Zaila, 2020.

Página de Facebook: LiteraCaxias. Inez de Paula, 2019.

.LUDEMIR, Julio. Carolinas: a nova geração de escritoras negras brasileiras. Rio de Janeiro: Baza: Flup, 2021.

.MARCELLO, Dayse. Eu Verso Buakamukua. São Paulo: ALL Print Editora, 2013.

MARCELLO, DAYSE. Precisamos ser aprendizes de nossas próprias criações. <https://cultura.alternativa.com.br/>, 2021.

MARCELLO, Deyse. De Maria Bonita a Maria da Penha: desventuras de Marias Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Telha, 2021.

.MACIEL, Maria Cristina. Artigo: Literatura: a voz da escritora negra. seer.ufms.br - I Simpósio de Crítica Literária Dialética (UnB), 2020.

MACIEL, Maria Cristina. Artigo: A Voz da Escritora Negra. Papéis: Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens - UFMS, 2017.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus Identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, (coleção cultura negra e identidade).

<https://www.novaiguaçu.rj.gov.br> - A prefeitura de Nova Iguaçu faz homenagem à Mãe Beata de Iemanjá. Rio de Janeiro, 2017.

.OLIVEIRA, Claudina. Escritas Iguaçuanas: publicações na cidade perfume. Nova Iguaçu-RJ, 2021.

.PEREIRA, Amauri Mendes. Movimento Negro Brasileiro: motor e ponta-de-lança da luta contra o racismo. Rio de Janeiro: CEAP, 2007. (Cadernos CEAP).

podcasts.apple.com/sk/podcast/1-minas-da-cultura - Escritoras negras na Baixada Fluminense, 2021.

projetocolabora.com.br/ - Matéria: Povo de santo discute como sustentar o legado da Ialorixá feminista que combatia a intolerância, o racismo e a homofobia. 2017.

radardefavela.com.br - O resgate da memória e a luta das mulheres negras no enfrentamento ao racismo estrutural na Baixada Fluminense, 2024.

.RIBEIRO, Djamila. Lugar de Fala. Rio de Janeiro; Pólen, 2019.

.RODRIGUES, Jéssica. Artigo: Rosa Parks: Mulher negra símbolo da luta contra o racismo. pt.org.br - Redação da Secretaria Nacional de Mulheres do PT, 2018.

.SAMPAIO, André. Tradição Oral - Contos de Mãe Beata de Yemonjá: tradição oral no candomblé. www.africaeaficanidades.com, 2008.

SAMPAIO, André. Angola e Brasil: literaturas em diálogo. Revista Crioula nº6, 2009.

.SANTOS, Arlisson da Silva; ALVES, Alessandro Cavassin. Cultura e Religião na Construção da Identidade Afrodescendente. Helleniká - Revista Cultural, Curitiba, 2019.

SANTIAGO, Ana Rita. Vozes Literárias de Escritoras Negras. Editora UFRB, Cruz das Almas, BA, 2012.

.SILVA, Assunção de Maria Sousa e. Literatura Afro-brasileira. Por dentro do caroço de dendê: a sabedoria dos terreiros de Mãe Beata de Yemonjá. www.africaeaficanidades.com, 2010.

.SILVA, Conceição Campos da. Trabalho: A Representação do Feminino Negro no Romance Ponciá Vicêncio, Serra Talhada, PE, 2018.

SILVA, Fernanda Oliveira. Protagonismos Em Torno da Obra Diário de Bordo do Almirante Negro, de Elisabete Nascimento. Revista Crioula - nº25, 2020.

.soscorpo.org/ - Blog Luta Feminista. Matéria sobre Mãe Beata de Iemanjá: Yalorixá, escritora, atriz, costureira, defensora dos direitos humanos, presidente de honra do Criola. 2017.

.SOUSA, Fabiana dos Santos. Artigo: Literatura Afro-Feminina Brasileira: uma forma de combate ao silenciamento e ao racismo. dialnet.unirioja.es, 2019.

.SOUSA, Douglas Rodrigues de. A Mulher Negra no Contexto da Literatura Afro-brasileira: a escrita de si e a reinvenção do sujeito negro. Grau Zero - Revista de Crítica Cultural, v.3, nº1, 2015.

SOUSA, Douglas Rodrigues de. "Sou negra, ponto final": a construção identitária negra feminina na poesia de Alzira Rufino. Revista Eixo, 2014.

.TOBALDINI, Renata Teixeira de Castro; SEGATO, Maiara Cristina. A Identidade Cultural e Social da Mulher Negra em Quarto de Despejo. Revista Fórum Identidades, Sergipe, 2019.

. TOLEDO, Christiane Vieira Soares. Artigo: Carolina Maria de Jesus: a escrita de si. Letrônica, Rio Grande do Sul, 2010.

VIEIRA, Natanael. A Importância da Literatura Negra Brasileira Como Representatividade de Vozes que Formaram o Brasil. Conedu, 2023.

vivario.org.br/ - Matéria: Mãe Beata de Iemanjá morre aos 86 anos, 2017.

wikifavela.com.br - Fórum Grita Baixada e a luta por justiça racial na Baixada Fluminense, 2025.

Wikipedia - pt.m.wikipedia.org/ - Mãe Beata de Iemanjá.

Wikipedia - [pt.m.wikipedia.org/wiki/Yasmin-Thayna](https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Yasmin_Thayna), 2021.

ZIN, Rafael Balseiro. Literatura e Afrodescendência no Brasil: Condições e Possibilidades de Emergência de um Novo Campo de Estudos. Cadernos Semanal Digital, nº 29, 2